**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E O FEMINICÍDIO, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2019, ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DA UNOESC – MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Cláudia Fraga da Silva)** – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a este evento convocado pela excelentíssima Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a excelentíssima senhora Deputada Estadual Ada Faraco De Luca, atendendo a proposição da excelentíssima Deputada Estadual Marlene Fengler.

Neste momento, teremos a exibição do vídeo “Sozinhas” produzido pela jornalista Angela Bastos e equipe.

(*Procede-se à projeção do vídeo “Sozinhas”, que conta a história de mulheres do campo que sofreram violência.*) (*Palmas.*)

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER** – É duro, não é? Parece ficção científica, parece um filme, mas, infelizmente, não é.

Eu já vi este documentário, dezenas de vezes, e todas às vezes eu me emociono e fico indignada, porque é uma realidade de um Estado como o nosso, um Estado desenvolvido, um Estado diferenciado. E assistirmos esse tipo de depoimento de pessoas que vivem aqui do nosso lado, de pessoas que vivem no interior, e não necessariamente no interior, de pessoas que vivem na cidade e que passam por isso. Então é difícil.”

A Deputada Carminatti está aqui também e conhece bem esse vídeo. Ela fez um seminário sobre esse assunto no Estado inteiro no ano passado e esse vídeo era objeto de discussão de todos os seminários. Tenho certeza de que ela também se emociona todas as vezes que o assiste, mesmo depois de tê-lo visto trinta, quarenta, cinquenta vezes.

(*Passa a ler.*)

“Essa é uma realidade que parece distante, lá no campo, mas é possível que do nosso lado alguma amiga, colega ou conhecida possa estar sofrendo algo parecido e a gente nem desconfia, porque normalmente as mulheres têm vergonha de falar.

 Inicialmente, quero dizer que é muito bom estar aqui, compartilhar experiências com o objetivo de construirmos um caminho para romper com o ciclo de violência contra as mulheres no nosso Estado. Essa é a intenção maior desse nosso debate, dessas audiências públicas. Vocês viram que esse vídeo foi feito em 2017 para mostrar a violência que as mulheres sofrem no meio rural, mas se fosse feito hoje, aqui na cidade, também teríamos depoimentos como o da dona Joana, que disse que a morte não acontece na primeira briga; ou como disse a dona Lucimar, que a maioria sofre calada. Vai falar, e depois? Vai para onde? Você ouvir uma mulher dizer que a vida foi horrível é muito triste ou que ela tem medo de quando escurece porque é aí que acontece o maior número de violência.

Essas mulheres sofrem em silêncio, na sua grande maioria, porque têm vergonha. E tem uma questão muito diferente nesses casos de violência contra a mulher, porque elas, na maioria das vezes, têm esperança de que o companheiro vai mudar, que foi só hoje, que foi um ato isolado, que amanhã ele vai mudar, que ela vai conversar com ele e ele vai mudar, mas ele não muda. Tem muitas barreiras para superar até a mulher ter a coragem de denunciar.

Vocês lembram o caso da Luíza Brunet? Luíza Brunet é uma modelo famosa no Brasil para quem não sabe. É uma mulher superfamosa, conhecida e quem iria imaginar que ela também era vítima de violência contra a mulher? Ela sofreu calada até o dia em que ela teve coragem de romper o silêncio e denunciar o ex-companheiro, que era um empresário rico e poderoso. Ela venceu a vergonha, ela venceu o medo, mas nem todas conseguem. Também teve o caso daquela advogada do Paraná, da Tatiane Spitzner, que foi morta pelo marido no ano passado. Ela gritou, correu, pediu socorro, mas não conseguiu se salvar. Ninguém ajudou! Porque as pessoas ainda pensam que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Mas não mete só a colher, tem que meter a colher, tem que ajudar, tem que pedir socorro, tem que socorrer e fazer o possível evitar a agressão.

(*Enquanto a Deputada Marlene Fengler fala, nos telões são projetadas imagens e várias fotos dos casos citados.*)

Esses casos que foram notícia no Brasil e no mundo mostram que a violência está em todo lugar, que atinge mulheres de todas as idades e de todas as classes sociais. É preciso trabalhar muito para acabar com essa escalada.

No Brasil, a cada três mulheres, uma já foi vítima de violência e, a cada duas horas, uma mulher é morta. Aí, não é só feminicídio, mas vítima de violência. Em Santa Catarina, apenas neste ano já tivemos 28 casos de feminicídios. Um deles foi aqui, em Chapecó, depois de um ano, de um índice muito importante por não ter tido nenhum caso de feminicídio - o que deveria ser normal, mas não é, infelizmente - e teve esse caso há pouco tempo.

Uma pesquisa divulgada no ano passado coloca o nosso Estado como o terceiro mais violento para as mulheres no Brasil, atrás somente de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul - aí tem uma discussão de índices de quarto ou terceiro, mas enfim, nenhum dos dois casos é bom para Santa Catarina, levando-se em consideração que nós somos um Estado considerado um dos mais desenvolvidos, senão o mais desenvolvido do Brasil, com índices econômicos invejáveis, com índices sociais invejáveis, com um IDH dos melhores do Brasil. E aí temos, na contramão de tudo isso, índices como este: 28 mulheres assassinadas vítimas de feminicídio. Pelas pesquisas também, em cerca de 60% dos casos os agressores são conhecidos das vítimas. E apesar do tanto que se fala sobre o assunto, ainda mais de 52% das mulheres se calam.

Então, temos muito para discutir, temos muito para debater e essa é a intenção hoje, de conversarmos sobre esse assunto, de compartilharmos experiências, de trocarmos ideias e de mostramos o que cada órgão está fazendo no âmbito da sua competência para melhorar esses índices, para melhorar esses números, para mudar a vida de nós, mulheres, das mulheres de Santa Catarina e, por consequência, de todo Brasil.”

 **A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Cláudia Fraga da Silva)** - Para debater o crescimento da violência contra as mulheres em Santa Catarina e traçar estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher e o feminicídio, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa está realizando seis audiências macrorregionais entre o mês de maio e o mês de julho. Um dos objetivos é o intercâmbio de ações preventivas que são produzidas por essas entidades em Santa Catarina.

Segundo a Deputada Estadual Marlene Fengler, “integrar as iniciativas que estão sendo colocadas em prática é fundamental”.

Convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: excelentíssima senhora Deputada Estadual Marlene Fengler; excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti; senhora coordenadora Estadual das Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (Dpcami), Delegada de Polícia de Entrância Especial, Patrícia Maria Zimmermann D’Ávila, representando o Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva; excelentíssima senhora Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas de Santa Catarina, Cibelly Farias; senhora Vereadora Marcilei Vignatti, representando a Câmara de Vereadores de Chapecó; senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Chapecó, Ulda Baldissera; senhor Comandante da 4ª Região de Polícia Militar de Fronteira do Estado de Santa Catarina, em Chapecó, Tenente-Coronel Jorge Luiz Haack; senhor Delegado Regional da 12ª Delegacia Regional de Chapecó, Wagner Valdivino Meirelles; senhora Assistente Social da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc), Marlete Bruschi Weschenfeldel; senhora presidente da Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina (Acamosc), Vereadora Raquel Elma Mohr Steiernagel; senhora presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica da OAB/Subseção/Chapecó, Sandra Fagundes; senhora presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/Chapecó, Loiva Cecília Dal Piva; e senhora presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, de Chapecó, Flávia Durgante, representando o Reitor em exercício da Universidade Federal da Fronteira Sul, Antônio Inácio Andrioli.

Registramos a presença das seguintes autoridades: senhor Comandante do 2ª Batalhão de Polícia Militar de Fronteira de Chapecó, Tenente-Coronel Ricardo Alves da Silva; senhor Delegado de Polícia Civil da Delegacia de Polícia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI), de Chapecó, José Airton Stang; senhor Delegado de Polícia Civil de Chapecó, Ricardo Casagrande; senhor Delegado de Polícia Civil de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI), de Chapecó, Estevão Vieira Diniz Pinto; senhora Delegada-Geral Adjunta da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, Ester Fernanda Coelho; senhora Vereadora de Chapecó, Astrit Tozzo; senhora Vereadora de Quilombo, Leila Dione Schaeffer Conci; senhor Secretário Municipal de Saúde de Caxambú do Sul, Inédio Tomasi; senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Nova Erechim, Regina de Brinhosa Deparis; senhora Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Caxambú do Sul, Elisandra Lucatelli Santin; senhora Secretária Municipal de Defesa do Cidadão e Mobilidade de Chapecó, Luciane Aparecida Filipini Stobe; senhora representante da Vigilância em Saúde, de Chapecó, Paola Sabino; senhora gerente de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura de Chapecó, Luciéle Pompeo, representando o Secretário Municipal de Cultura, de Chapecó, Nemésio Carlos da Silva; senhora pedagoga do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Seminário de Chapecó, Silvana Terezinha K. Bezerra; senhora assistente social do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) São Pedro, de Chapecó, Célia Dulce Hirt; senhor gerente de Políticas Públicas da Secretaria de Políticas da Secretaria Municipal de Assistência Social de Chapecó, Gilmar Cortina; senhora extensionista Rural de Chapecó, Osmarina Vieira Ramos; senhora assessora parlamentar Juliana Maria Barth Boesing, representando o Deputado Estadual Fabiano da Luz; e senhor assessor parlamentar Elso de Almeida, representando o Deputado Estadual Sérgio Motta.

O Cerimonial convida a excelentíssima Deputada Estadual Marlene Fengler, para proceder à abertura oficial desta audiência pública e presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência, boa tarde a todas e todos.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Mais uma vez, agradeço a presença de todos vocês que atenderam e aceitaram o nosso convite para participar deste debate, na verdade, desta conversa. É uma audiência pública, mas é uma audiência pública informal. O que nós pretendemos, na verdade, é conversar, compartilhar experiências, trocar experiências e mostrar as ações que cada órgão, no âmbito da sua competência, está realizando para mudar esse quadro tão triste que nos envergonha aqui em Santa Catarina e, não menos, no Brasil.

(*Passa a ler.*)

“Hoje, aqui em Chapecó, estamos realizando a quinta e penúltima audiência pública. Nós já tivemos audiências em Joinville, em Blumenau, em Lages, em Florianópolis, aqui, e vamos ter a última, segunda-feira, em Tubarão. Nos encontros que nós fizemos, nesses Municípios, tivemos depoimentos valiosos e conhecemos ações que já estão sendo realizadas e que, certamente, podem ser replicadas e servirem de inspiração para outras cidades e entidades.

Eu acredito que hoje, sobretudo aqui em Chapecó, onde essa questão tem merecido atenção especial, além do trabalho da Rede Catarina, também temos experiências a compartilhar que também poderão inspirar outras ações. Nós temos aqui as ações da Secretaria de Assistência Social, que certamente contribuirão muito para este debate, para essa troca de experiências, para que se saía daqui com novas ideias, com novas propostas, com novos projetos para efetivamente melhorar essa situação.

Cada uma dessas audiências tem trazido para mim, e tenho certeza que para muitas pessoas, um enorme aprendizado. A ideia não é apenas nos determos nos números que, infelizmente, colocam Santa Catarina como um dos Estados brasileiros mais violentos para as mulheres.

O que me fez solicitar essas audiências foi a intenção de juntarmos os atores envolvidos na questão para conhecermos as iniciativas exitosas e trabalharmos em conjunto, cada um no âmbito da sua competência, na sua esfera de atuação, para mudarmos essa realidade.

Eu desejo que, ao concluirmos essa jornada, tenhamos conseguido traçar um diagnóstico claro sobre o mapa da violência contra as mulheres em Santa Catarina, e entender o que está faltando, para que possamos avançar nos programas de prevenção e de enfrentamento à violência contra as mulheres. Precisamos saber o que está sendo feito.

Eu também acredito que é fundamental incluir nesse debate ações para recuperar o agressor. Aí, não sei se aqui em Chapecó temos alguma experiência nesse sentido, mas se tiver, é muito importante colocar. Nós temos, em Joinville, uma experiência extremamente importante e exitosa, assim como temos em Lages, em Blumenau, em Tubarão. Então, há muitas iniciativas que precisamos compartilhar e conhecer para que cada um, no seu Município, possa replicar essas experiências e possamos aos poucos mudar essa situação.

Nós vamos exibir um vídeo agora e eu penso que esse vídeo, que é um experimento com crianças feito pela Prefeitura de Macapá, mostra que é preciso ir além da punição e tentar resgatar o menino que um dia habitou aquele homem, aquele agressor que hoje agride e mata.”

(*Procede-se à projeção do vídeo No Mundo das Crianças Não se Bate em Mulheres que mostra que a violência contra a mulher não faz parte do mundo infantil.*)

(*Palmas.*)

Não é natural para uma criança agredir outra sem motivo. Então, não pode ser natural também que, ainda hoje, homens agridam e matem mulheres, motivados por ciúmes, pelo sentimento de posse, por se acharem donos, porque é isso que o feminicídio faz. Esse é o final nesses casos em que o feminicídio acontece normalmente motivado por ciúmes. Que coisa triste!

(*Passa a ler.*)

“O que acontece na trajetória dessa criança – essa é uma pergunta que faço e que sempre me faço também - que se recusa a dar um tapa, como nós vimos e, quando ela cresce, agride e mata? O que acontece nesse intervalo entre a criança e o adulto? Entender isso e atuar na educação de meninos e meninas é parte desse processo de desconstrução da violência contra as mulheres.

Eu acredito muito que juntos seremos capazes de criar e aprimorar políticas públicas mais eficientes e com menos custo para o Estado e, consequentemente, para a sociedade. E eu defendo a participação da Assembleia Legislativa como um agente catalisador dessas ações.

Como uma das medidas práticas, após essa série de audiências, realizaremos um seminário em agosto - ainda não temos data marcada, mas iremos informá-la em breve - para reunir todas as propostas, encaminhamentos e experiências desses seis encontros.

Outra alternativa fundamental é a criação de um grupo de trabalho que atue como elo entre todos os atores envolvidos nessa jornada, para que nós não percamos a oportunidade de avançar na construção de uma parceria em rede que tenha efeito prático e seja capaz de mudar o cenário atual da violência contra as mulheres no nosso Estado.”

Para isso temos hoje aqui a doutora Cibelly a quem agradeço imensamente a presença. A doutora Cibelly, para quem não conhece, é a primeira mulher a ser Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas de Santa Catarina, e vocês podem ter certeza que isso não é pouca coisa, é muita coisa. Parabéns e muito obrigada pela sua presença aqui. (*Palmas.*) Merece palmas mesmo, porque isso é difícil, já que é um universo essencialmente masculino, como quase em todos os setores. A doutora Patrícia também é um exemplo de quem trabalha e de quem faz a sua parte e eu acho isso muito importante. A Ulda, uma amiga de longa data, também com uma atuação muito grande em todos os casos de combate à violência e em defesa dos mais vulneráveis. E todos aqui, cada um no âmbito da sua competência.

Eu só mencionei a doutora Cibelly porque ela já fez uma proposta, enquanto Ministério Público de Contas, e depois ela vai apresentá-la, para que se constitua, ao final dessas audiências públicas e da constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Mulher, que a Deputada Ada, que é a Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e que hoje não pode estar aqui, porque já tinha outro evento, instalará na próxima terça-feira... A Deputada Carminatti, que é da nossa bancada feminina - somos em cinco na Alesc mulheres -, é uma das Deputadas mais atuantes e sempre atuou nessa causa. Ela fez seminários, no ano passado, que foram extremamente importantes e, inclusive, foram norteadores e, no meu caso, me inspiraram a fazer essas audiências públicas, porque eu acho que eles mostraram a realidade, eles foram extremamente importantes para mostrar essa situação, para colocar luz sobre essa situação, para que fizéssemos as audiências públicas, que agora já são ferramentas do Legislativo mesmo, em que se discute esse tema e ao final se propõe ações. É muito importante essa ação da Deputada Carminatti. Eu acho que essa rede que devemos constituir e institucionalizar ao final de todo esse processo vai ser muito importante, porque vai integrar as ações.

Nessas ações, eu sempre digo, vocês todos são heróis, cada um na sua atuação, tanto a Polícia Civil, como a Polícia Militar, o Ministério Público, e o Judiciário. Cada um fazendo a sua parte, faz muito com pouco. As Prefeituras também, Secretários de Assistência Social, todos vocês, são heróis, mas acho que precisamos institucionalizar essa rede, para que possamos realmente unificar as ações, compartilhá-las, e criar um grupo de trabalho para acompanhar e fiscalizar, e, aí, efetivamente teremos uma mudança verdadeira para que, no ano que vem, daqui a poucos anos, possamos ter um quadro completamente diferente aqui em Santa Catarina.

A nossa forma de trabalho é assim: cada um fala oito minutos para expor suas experiências; a doutora Patrícia, que faz a apresentação de um projeto muito interessante e muito importante da Polícia Civil, leva um pouquinho mais de tempo, mas ela é imprescindível, e, como ela precisa se ausentar, vai falar por primeiro; e, depois, cinco minutos para cada um da plenária que queira participar também.

Com a palavra a coordenadora Estadual das Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI), Delegada de Polícia de Entrância Especial Patrícia Maria Zimmermann D’Ávila.

**A SRA. PATRÍCIA MARIA ZIMMERMANN D’ÁVILA –** Boa tarde a todos.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Eu sou Delegada de Polícia em Entrância Especial e tenho mais de vinte anos na instituição Polícia Civil. Hoje eu coordeno, no Estado de Santa Catarina, as Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Aqui quero dizer, Deputada Marlene, que a Polícia Civil hoje tem um gesto muito simbólico no respeito à participação feminina, e eu fico muito feliz ao fazer esse relato. Dentro do primeiro escalão da Polícia Civil a Delegada-Geral Adjunta é uma mulher, que é a doutora Ester, que tem experiência na área – brigamos tanto para termos espaços de comando, para termos espaços nas empresas, no trabalho, para termos espaços na instituição, e a Polícia Civil fez um gesto extremamente simbólico: colocou uma mulher competente e guerreira, que tem experiência na área, para ocupar o primeiro escalão de comando da instituição. Isso me enche de orgulho, porque é difícil nós vermos isso nas instituições policiais. Não que os homens, não é, doutor Casagrande, doutor Wagner, doutor Stang e Coronel, não estejam preparados, mas é difícil nós, mulheres, conseguirmos chegar lá.

Pedi para falar primeiro porque eu e a doutora Ester estamos na região desde quarta-feira e precisamos seguir viagem, saindo no máximo às 15h15min.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar sua apresentação.*)

A Polícia Civil desenvolveu um programa chamado Polícia Civil por Elas, que é um programa para atendimento de mulheres em situação de violência. Hoje pela manhã nos reunimos com o doutor Wagner, que é o Delegado Regional, com o doutor Stang e com o doutor Estevão, que são Delegados da Delegacia da Mulher – está ali o doutor Estevão (*aponta para o local em que o Delegado se encontra*) –, e na nossa próxima vinda a Chapecó faremos o lançamento do programa, que é feito com base no estudo do fenômeno da violência doméstica; com base na Constituição Federal; na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – que, Deputada Luciane, é a base da Lei Maria da Penha –; nas duas normas técnicas do governo federal, a de padronização dos atendimentos da Delegacia de Proteção à Mulher e a de padronização de atenção humanizada às pessoas em violência sexual; e na Lei Maria da Penha.

Esse programa vai abranger as questões que vão muito além do trabalho da Polícia Judiciária, do processo penal. Por quê? Porque a violência contra a mulher não envolve só uma questão de direito penal, é uma questão mais abrangente – e aí quem faz parte da área do serviço social tem uma participação e um trabalho tão importantes como o nosso de Polícia Civil. A própria Constituição Federal reconhece a família como base da sociedade e que tem que ter a proteção do Estado, e esse mesmo Estado tem que criar mecanismo para coibir a violência no âmbito das relações familiares.

A violência doméstica e familiar é uma violação de direitos humanos? Ela é a mais grave violação de direitos humanos e nós não podemos falar que o feminicídio é um crime passional, um crime de paixão, porque não há amor na postura de uma pessoa que tira a vida da outra. Ninguém tira a vida do outro por amor; tira-se a vida de outra pessoa por ódio. Aquele homem vê aquela mulher como um objeto, como uma propriedade, e ele tira a vida dela da maneira mais vil possível. Então, a complexidade vai além.

O atendimento especializado às mulheres vítimas de violência tem dentro da Polícia Civil a necessidade de um espaço que garanta os direitos e o acesso à Justiça para as mulheres em situação de vulnerabilidade. E foi muito feliz a nossa visita hoje, doutor Stang e doutor Estevão, na Delegacia dos senhores, porque vimos um espaço humanizado, um espaço melhor, e aquelas ações poderão ser implementadas.

O que a gente pensa como instituição? Toda mulher, independente da sua raça, da sua etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, religião, idade, que procurar atendimento na Delegacia, deve receber um atendimento humanizado, especializado, que começa com o primeiro espaço de atendimento. Então a mulher que se encontra em atendimento ou aguardando para ser atendida tem que estar em ambiente separado e reservado, e é isso, doutora Cibelly, o que a gente quer construir: a sala de atendimento especial.

O acolhimento e o relato dessa mulher devem ser em local que garanta a sua privacidade. A norma técnica nas Delegacias da Mulher e toda a diretriz do governo federal falam em sala especial de acolhimento a essa mulher. Por quê? Porque a mulher, num primeiro momento, se culpabiliza, ela sente vergonha, ela tem dificuldade de fazer o seu relato, muitas das vezes ela silencia. Então ela precisa de um espaço acolhedor que garanta a privacidade para que ela rompa esse silêncio e relate a violência que sofreu. Por isso no primeiro atendimento, no primeiro acolhimento, quando chega à Delegacia, temos procurado mudar as equipes para que seja feito por uma mulher. Nós temos muitos homens policiais que atendem melhor até do que muitas mulheres – os Delegados que estão aqui são exemplos disso. Mas nós precisamos que o primeiro contato seja com uma figura do sexo feminino, e por isso nós estamos, no primeiro atendimento, mudando as equipes e colocando mulheres em todos eles. Aqui em Chapecó já é assim.

A escuta atenta, profissional, qualificada, sigilosa, não julgadora e observadora vai proporcionar o quê? O rompimento do silêncio, porque a mulher que sofre violência se isola do convívio social e familiar, ela passa a viver isoladamente dentro de uma casa e vira um objeto na mão daquele homem, até o momento em que ele se acha no direito de confiscar a vida dela, de matar aquela mulher por não aceitar o fim do relacionamento. Toda essa atenção tem o objetivo de proteção da integridade física, psíquica e emocional dessa mulher.

Assim, o conjunto de ações se dá em diferentes frentes. Nós temos quatro eixos principais: os eixos voltados a mulheres, a homens, a crianças e aos policiais civis. Por quê? Porque o ciclo da violência inicia com a violência psicológica. De todos os relatos de feminicídio ocorridos no Estado de Santa Catarina desde 2015, não há um único caso que não tenha informações de ameaça anteriores. Muitas das vezes nós não temos um registro do boletim de ocorrência, nós não temos o registro policial daquela situação, mas na investigação aparece a informação de que ele já era agressivo com ela; que ele disse que iria matá-la. Então a violência contra a mulher inicia na violência psicológica, evolui para a ameaça, passa pela injúria, pela lesão e termina no feminicídio – não que toda ameaça vire feminicídio, mas não há um feminicídio que não tenha como fator anterior um relato de ameaça. Isso é fato. E a violência psicológica começa quando? Quando aquele homem olha e diz: essa tua saia está muito curta, mulher minha não pode andar com essa saia; mulher minha não pode ir com as amigas beber cerveja no bar; mulher minha não usa tal roupa, não vai em tal local. É assim que começa essa censura, esse constrangimento.

Então quais são as ações que nós temos voltadas para as mulheres?
Aqui em Chapecó tem a psicóloga policial, que se faz presente nesta audiência – foi minha aluna na Academia, porque eu sou professora também dos cursos de formação e da pós-graduação da Academia da Polícia Civil –, e os grupos de mulheres trabalham com a mulher vítima de violência; às mulheres que procuram atendimento é franqueada a participação nos grupos reflexivos. A quantidade de encontros dos quais ela vai participar vai depender do policial que esteja mediando e orientando o curso, preferencialmente a grande maioria é de psicólogos policiais que fazem essa ação com a participação muitas vezes das universidades, que são nossas parceiras.

Além dos grupos de reflexão, nós temos as ações de empoderamento. Então nesses grupos reflexivos ela pode relatar a violência sofrida e receber a orientação de todas as formas. Quando há necessidade de orientação jurídica, aí, doutor Estevão e doutor Stang, é importante que o Delegado participe da reunião e passe todas as orientações jurídicas que ela precisa.

Ações de empoderamento. Muitas das vezes a mulher não rompe aquele silêncio, não denuncia porque ela vem num ciclo de humilhação e não tem coragem de passar por aquela situação, então nós precisamos fortalecer essa mulher. Um exemplo muito positivo foi a ação Espelho Meu, lá em São José, através da qual as mulheres passaram por reuniões com *coach* e com grupos de participação de mulheres e depois tiveram um dia de beleza e fizeram um *book* fotográfico. O resultado, doutor Wagner e Comandante, ao ouvir aquelas mulheres quando se olhavam no espelho, arrumadas, vestidas, bonitas, e depois vendo as fotografias, elas diziam: meu Deus, voltei a ser mulher. Isso porque a mulher não se arruma mais, ela tem uma baixa da autoestima – e uma das coisas com as quais não se tem muita preocupação é o suicídio de mulheres, que é grande, sendo que muitas dessas mulheres têm relato de violência doméstica.

Grupo de homens autores de violência. Joinville está com um resultado espetacular, porque esses homens vêm com uma determinação judicial no momento em que é deferida a medida protetiva de urgência e participam de, no mínimo, dez encontros para reflexão das questões relacionadas ao machismo, ao relacionamento entre as pessoas. E o relato que temos é que há homens que querem permanecer no grupo, doutora Cibelly, após esses dez encontros. E por que nós temos dez encontros? Porque os estudos na área da Psicologia indicam que o mínimo necessário para ser mudar o comportamento, para se provocar a reflexão, é a participação de dez encontros. E aí o Judiciário tem sido fator determinante, porque eles determinam a participação desses homens no grupo e terminados esses dez encontros, nós vemos na grande maioria uma mudança de comportamento. Nós fazemos isso porque o homem não vai ficar preso o resto da vida, a prisão dele não é eterna, um dia ele sai da cadeia – dos que são presos – e retorna ao convívio social, seja voltando para a convivência daquela mesma mulher ou constituindo família com uma nova mulher, e aí a gente precisa mudar o comportamento dele. Certo?

Agora outro projeto que é a menina dos olhos da Coordenadoria. A ação agora está finalizando em Itajaí, e nós vemos na expansão do Estado: Grupo de Adolescentes nas Escolas. São cinco encontros de no mínimo duas horas cada, nos quais as crianças participam da discussão da questão do machismo, da relação entre as pessoas, do respeito. É feito um teste no início e um teste no final através do qual nós verificamos o grau de maturidade daquela turma e de aprendizado, para começarmos a discutir com as nossas crianças e para que eles vejam que aquela forma de agressão, de falta de respeito, de distrato com a mulher é errado. Então, você trabalhando com as crianças na escola, você consegue mudar a geração, e mudando a geração nós conseguiremos vencer essa cultura do machismo e essa questão da violência contra a mulher.

Eu recebi a última pesquisa do Fórum Nacional de Segurança – e eles fazem a pesquisa com os feminicídios, que é o índice real de violência, porque não tem como subnotificar – e Santa Catarina apareceu como o segundo Estado com o menor índice de feminicídio proporcionalmente à quantidade de mulheres que residem no Estado. Ah, nós somos o segundo Estado, nós estamos bem colocados, perdemos para o Distrito Federal e estamos à frente de São Paulo. E por isso nós vamos parar as nossas ações? Não, pois 28 mulheres, a grande maioria mãe de família, perderam a vida no nosso Estado da maneira mais cruel possível, mortas pelos companheiros que elas amavam e dividiam a sua vida. E enquanto uma mulher estiver perdendo a vida, estiver sofrendo violência, a Polícia Civil vai fazer as suas ações; nós vamos implementar o programa e vamos melhorar a questão da investigação.

O nosso índice de resolubilidade dos crimes dolosos contra a vida tentados e consumados é de 5%. Desses autores de feminicídio, em torno de 20% a 30% têm cometido suicídio; os que não se matam são presos. Então a questão da impunidade não é mola propulsora para a prática do feminicídio. Sabendo que vai ser preso, sabendo que vai ser condenado, sabendo que vai cumprir pena, mesmo assim muitos homens se sentem encorajados e a grande maioria usa de faca para matar a mulher dentro de casa. Então nós precisamos mudar essa realidade.

Ação com os policiais – e isso nós discutíamos hoje com os Delegados. Essas são ações voltadas para a capacitação e também para a identificação de profissional com perfil. Quando um policial civil não dá um atendimento como nós gostaríamos, nós sempre pedimos que seja identificada essa pessoa. Por quê? Porque nós precisamos conversar com o policial, verificar se ele está passando por algum problema, se ele precisa de alguma capacitação, porque é função da instituição fazer isso, e se não tiver o perfil, que ele trabalhe em outra unidade.

Então essas ações voltadas para os policiais começam, primeiro, doutora Cibelly, na pesquisa de clima organizacional, ou seja, quem não tem afinidade com o tema não pode ficar na Delegacia Especializada, vai trabalhar em outra área da instituição. Segundo, capacitação permanente e constante com as equipes, que é a grande motivadora da melhoria desses policiais, e, também, gerenciamento de situações de estresse, porque os policiais, doutor Wagner, fazem parte de uma das equipes mais expostas e mais vulneráveis, pois lidamos com o sofrimento de mulheres e de crianças, e isso é muito duro.

Eu vou pedir licença para nos retirar, porque eu e a doutora Ester temos uma viagem longa de retorno e temos horário para chegar. Eu peço que o doutor Stang, que hoje é o titular da Delegacia da Mulher, ocupe o meu lugar, porque ele vai passar o relato da experiência de Chapecó. E por que a experiência de Chapecó? Porque nós tínhamos o maior índice do Estado nessa região e os Delegados de Polícia fizeram um trabalho muito árduo aqui – claro, tem a Polícia Militar, e eu sei que o senhor, Comandante, vai falar, por isso que eu não estou falando em nome da sua instituição –, e conseguimos por um ano e dois meses zerar os índices de feminicídio. Teve um caso agora e o doutor Stang está investigando com mais afinco esse caso e vai relatar da melhor maneira.

Nós, agora, estamos indo para a Capital, mas eu volto a Chapecó com a doutora Ester para a implantação do programa e para estreitar cada vez mais os laços, porque aquela realidade do campo não vai continuar assim, nós vamos chegar na mulher do campo também. Nós vamos conseguir fazer o nosso papel da melhor maneira possível.

Muito obrigada e desculpem-me a pressa. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Muito obrigada, doutora Patrícia, a sua participação é sempre muito importante, elucidativa e mostra o empenho e o comprometimento da Polícia Civil com essa questão tão importante.

Com a palavra a excelentíssima senhora Procuradora-Geral de Contas do Ministério Público de Contas de Santa Catarina, Cibelly Farias.

**A SRA. PROCURADORA-GERAL CIBELLY FARIAS** – Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente eu gostaria de agradecer o convite à Deputada Ada, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e à Deputada Marlene Fengler, que fez o convite e tem se revelado uma pessoa extremamente atuante, muito preocupada em congregar todos os atores que atuam nessa área de combate à violência contra a mulher. E eu cumprimento todos os demais participantes da mesa de autoridades.

Para quem não conhece, eu vou falar rapidamente o que é o Ministério Público de Contas. O Ministério Público de Contas é um pequeno Ministério Público, pequeno em tamanho se a gente comparar com o Ministério Público Estadual ou Federal, e temos uma atuação muito específica: a nossa atuação preponderante é dentro do Tribunal de Contas. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Então, nós temos, praticamente, todas as ferramentas que o Ministério Público Estadual tem, só que dentro do Tribunal de Contas. Nós propomos ações dentro do Tribunal de Contas, nós investigamos situações de irregularidade, nós notificamos gestores quando vemos que existe alguma irregularidade que possa ser é consertada e, nesse sentido, nós atuamos dentro da análise dos atos de gestão pública, verificando se eles estão corretos, se eles estão dentro da legalidade.

E aí vocês podem perguntar: “Mas o que o Ministério Público de Contas e o Tribunal de Contas têm a ver com o combate da violência doméstica, já que, realmente, são instituições que não atuam na ponta, não estão lá no atendimento direto da mulher vítima de violência como a Polícia, como o Ministério Público, como o Poder Judiciário?” Vocês já viram aqui a apresentação da Delegada Patrícia, do projeto da Delegacia Civil, vocês vão ver outros projetos da Polícia Militar, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, enfim, existem vários projetos, extremamente relevantes, que têm apresentado resultados muito positivos e esses projetos eles só acontecem, só são possíveis porque existe dinheiro público envolvido. E é aí que entra a atuação do Ministério Público e do Tribunal de Contas, pois nós fiscalizamos o bom uso do dinheiro público, nós temos o poder de identificar se serviço público está sendo bem prestado ou não; se os orçamentos que estão sendo disponibilizados têm capacidade de atender a demanda de serviços que a população pede. Então, esse é o nosso papel.

Partindo desse dessa lógica, em 2018, no meu gabinete, nós começamos a estudar de forma que nós pudéssemos contribuir para a redução dos índices de violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina. Então o que nós fizemos? O primeiro passo foi a identificação do problema. Verificamos que o Tribunal de Contas da União, em 2011, ou seja, quase dez anos atrás, fez uma grande auditoria no Brasil todo para identificar aplicação da Lei Maria da Penha na prática, para ver como as instituições estavam aplicando os pontos frágeis, os pontos fortes, e onde se poderiam apontar alguns caminhos para melhorar essa situação. A partir daí, nós decidimos que já estava na hora, decorridos quase dez anos, de identificar aqui em Santa Catarina como está essa situação, e, em 8 de março deste ano, nós apresentamos para o Tribunal de Contas um pedido de auditoria específica nessa área. Nós queremos saber como está o serviço de atendimento à mulher vítima de violência, como as estruturas estão se organizando, se elas são suficientes, se elas dispõem de orçamento suficiente para isso, a qualidade e a quantidade desse atendimento, se ele tem sido realmente necessário e útil à população. Essa auditoria ela deve ser realizada; hoje, ela se encontra na área técnica e até o final do ano ela deve ser finalizada. Nós esperamos que com ela o Tribunal de Contas tenha um bom instrumento, uma boa ferramenta para apresentar para os gestores, até como um diagnóstico, para que eles possam identificar quais são as prioridades dentro desse tema em eles podem atuar.

Nesse panorama inicial, quando nós apresentamos esse pedido de auditoria para o Tribunal de Contas, nós identificamos algumas questões preliminares bem interessantes que eu gostaria de trazer para vocês rapidamente. A primeira delas é que Santa Catarina tem um índice bem alto de feminicídio comparado com as taxas nacionais. Não sabemos se é porque aqui a violência efetivamente é maior no Estado ou se porque aqui as mulheres denunciam mais - essa é uma questão a ser estudada mais a fundo -, mas o fato é que os índices são realmente altos.

Recentemente o Tribunal de Contas fez uma auditoria específica apenas sobre a questão do feminicídio e chegou a conclusão que, entre os anos de 2011 e 2018, ele custou R$ 424 milhões para o Estado o de Santa Catarina em políticas de prevenção e de contenção a esse tipo de violência. E aqui nós estamos falando de quase meio bilhão de reais, num espaço de sete anos, e falamos somente de feminicídio sem incluir outras formas de violência, abuso, lesões corporais, enfim, estamos falando apenas de uma pequeníssima parcela do problema. Então, o feminicídio, a violência contra a mulher, além, claro, de todo o sofrimento pessoal e psicológico que causa nas mulheres, o estudo retrata que ele também tem um custo muito oneroso para o Estado, ele custa caro para o Estado, então, possivelmente mais políticas de prevenção, ações mais bem articuladas entre todos os atores, podem ter um resultado melhor no futuro e com custo menor para o Estado. Essa é a nossa intenção.

Nós também apresentamos ao Conselho Nacional do Ministério Público de Contas, o projeto esperando que ele seja replicado nos outros Estados do Brasil. O que nós temos feito aqui, colaborado com as instituições, nós esperamos que nos outros Estados esse mesmo padrão seja repetido pelos outros Ministérios Públicos de Contas.

Outros dados interessantes: delegacias no Estado, nós temos 31, lembrando que Santa Catarina tem quase 300 Municípios e nós só temos 31 delegacias de atendimento à mulher vítima de violência que não são delegacias exclusivas, elas atendem mulher, adolescentes, crianças, e idosos, então, realmente é uma quantidade muito pequena; casas de acolhimento, nós só temos 11 no Estado de Santa Catarina, o que nos coloca em 18º lugar no Brasil, é um número muito pequeno; temos 92 Creas, esse número aumentou um pouquinho, pois hoje são cento e poucos Creas que também colaboram nessa parte de atendimento da mulher vítima de violência, mas ainda assim abarcam mais ou menos um terço dos Municípios catarinenses; temos 33 Conselhos Municipais em atuação, e para o Orçamento de 2019, nós verificamos que foram alocados R$ 117 milhões para Assistência Social, que representa 0,4% do Orçamento total do Estado e, ainda assim, para toda a Assistência Social, já que não existe um direcionamento exclusivo para o combate da violência contra mulher. Então, esses foram os dados preliminares que nós encaminhamos para Tribunal de Contas. Pedimos que, ao final da auditoria, eles analisassem com profundidade esse tema e possam apontar alguns caminhos para que os gestores possam atuar de uma forma melhor nessa área.

Eu gostaria de ressaltar a importância dessas audiências públicas, porque mais do que um momento de falar nosso, é um momento para que nós possamos conhecer a realidade de cada Município em Santa Catarina, para que a gente possa identificar as boas práticas, e para que essas boas práticas possam ser replicadas em outros Estados. De muitas delas eu não tinha conhecimento nenhum antes de começar a participar dessas as audiências, então, fiquei muito feliz em identificar iniciativas muito positivas e algumas que têm um custo muito pequeno e um resultado muito grande. Por isso, a importância dessas audiências; por isso, acredito que depois de todo esse processo, a formação de uma rede de atores, de uma rede permanente que atua com os principais atores que atuam na violência contra mulher é fundamental, justamente para a gente manter o tempo todo essa política de divulgação, de replicação de bons resultados, de unir esforços para gente conseguir reduzir esses índices de violência no Estado de Santa Catarina.

 Eu, em nome do Ministério Público de Contas, reforço o nosso compromisso de atuar, de participar, de colaborar nessa rede, e de ajudar a colaborar de alguma forma a reduzir esses índices, esses problemas de violência, que não são um problema apenas das mulheres, são um problema de toda a sociedade.

Obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Obrigada, doutora Cibelly.

A participação do Ministério Público de Contas na institucionalização dessa rede vai ser fundamental, pois, sem dúvida nenhuma, vai nos dar condições e credibilidade também, para que essa rede possa ser instituída e tenha um grupo de trabalho com uma atuação permanente, como a senhora acabou de falar, porque isso vai ser fundamental, para que essa ação tenha continuidade e perenidade.

Com a palavra o senhor Comandante da 4ª Região de Polícia Militar de Fronteira do Estado de Santa Catarina, em Chapecó, Tenente-Coronel Jorge Luiz Haack, para contar um pouco a experiência aqui da Polícia Militar de Chapecó, que é referência no Estado do todo, para que a gente possa sair daqui e replicar essa experiência também nas outras regiões que a gente ainda for conversar.

**O SR. TENENTE-CORONEL JORGE LUIZ HAACK** — Boa tarde, Deputada Marlene, em seu nome quero cumprimentar toda a mesa e todas as autoridades já mencionadas pelo protocolo

Eu gostaria de convidar o Tenente-Coronel Ricardo, que é o Comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar da Fronteira de Chapecó, e também a soldado Deyse, do nosso programa preventivo da Rede Feminina de Combate à Violência Doméstica.

A Polícia Militar utiliza dessa ferramenta que nós chamamos de Programa Preventivo de Combate à Violência Doméstica. Eu gostaria compartilhar com os senhores que a Polícia Militar faz um acompanhamento semanal. Nós temos uma técnica na Polícia Militar chamada Compustat Estatística Comparada, toda semana e faz parte da CVLI (Crimes Violentos Letais e Intencionais) em que está à violência doméstica. Nós temos acompanhado isso em Santa Catarina e também não apenas em Santa Catarina, mas no Brasil todo vem aumentando os índices de violência doméstica. Uma grande preocupação nossa na questão da Polícia Militar, dentro da sua missão constitucional de prevenção é atuar e combater essa violência, mas ela é muito preocupante, porque acontece dentro de casas e é difícil de prever a questão. Mas tem um trabalho que é específico aqui em Chapecó, sobre o qual eu vou deixar o Tenente-Coronel Ricardo e a Deyse falarem com propriedade como está sendo desenvolvido aqui na cidade.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Com a palavra o Tenente-Coronel Ricardo Alves da Silva.

**O SR. TENENTE-CORONEL RICARDO ALVES DA SILVA —** Agradeço, Coronel.

Saúdo a Deputada Marlene e, em seu nome, saúdo todos os demais membros que compõem esse seleto palanque. Quero saudar meu colega também, o Delegado Regional Wagner Meirelles, pois somos dois engajados e quando se fala em Sistema de Segurança Pública, falamos em um sistema em que nenhum pode falhar. Nós trabalhamos em conjunto desde que eu cheguei aqui em Chapecó e é uma pessoa que tem se engajado no que se refere aos aspectos de segurança pública.

Eu quero ser rápido na nossa fala. Eu cheguei em Chapecó no ano bem próximo ao acidente da Chapecoense, e nós somos o primeiro batalhão em Santa Catarina que implementou o Rede Catarina - na época, era a Rede Maria da Penha, que se institucionalizou e acabou sendo denominado Rede Catarina. Hoje, nós somos a única unidade em Santa Catarina que tem policiais exclusivamente trabalhando nesse projeto. Eles saem das suas escalas efetivas de serviço e passam a cumprir efetivamente o acompanhamento das medidas que são impostas pelo Poder Judiciário.

Como foi citado pela Cibelly, membro do Ministério Público, em Santa Catarina e em Chapecó existe um registro muito alto de mulheres violentadas, porque as mulheres acabam confiando no projeto e se sentem confortáveis em denunciar. Em alguns Estados e em algumas cidades de Santa Catarina, muitas mulheres acabam não confiando nos projetos e acabam no que vai acontecer após a denúncia que ela faz sobre a violência que sofrem. O nosso projeto hoje é consolidado, nós estamos trabalhando com harmonia muito bacana com a Polícia Civil, nós trocamos muitas informações e essas trocas de informações passam a ser muito importantes para dar continuidade à proteção das mulheres. E, recentemente, nós nos engajamos junto com o Poder Judiciário - foi o que a Delegada acabou de falar: o juiz determinou que quando é expedida a medida protetiva contra a mulher, o homem também deve comparecer ao quartel e é acompanhado pela policial.

Nós temos hoje 187 mulheres cadastradas no projeto, e não quer dizer que essas 187 mulheres são aquelas que estão sendo violentadas, pois muitas dessas mulheres são violentadas, mas não têm coragem de denunciar. É importante também relatar, Deputada, que aqui em Chapecó, das mulheres que, infelizmente, morreram por feminicídio, nenhuma delas fazia parte do Projeto Guardião Maria da Penha que agora foi denominado Rede Catarina. As mulheres que estão dentro do projeto estão tendo uma cobertura e nós estamos tendo resultados muito positivos — eu vou deixar que a Deyse fale, porque ela está participando operacionalmente — no sentido de que as mulheres estão contentes. Nós estamos ampliando o projeto de forma que as mulheres violentadas, em alguns casos, vão passar por um treinamento de defesa pessoal e outras vão passar por treinamento técnico, já que são vários tipos de violências, várias classes e várias vidas que as mulheres têm. Muitas mulheres violentadas acham que não têm mais como [sair daquela situação], como mostra naquele vídeo aquelas mulheres do interior que são violentadas que pensam: “Eu nasci assim, eu cresci assim, eu sou sempre assim, não vou ter condições de aprender algo mais.” Mas nós estamos propondo que essas mulheres tenham alguma atividade técnica, corte e costura, façam uma atividade que elas aprendam e elas próprias passam a ser a sua renda, criando autoestima e fazendo-as a se inserir na sociedade.

Então, são medidas que nós estamos adotando, está crescendo o projeto, nós nunca reclamamos... Temos uma deficiência de efetivo? Temos. Mas a realidade é essa, não adianta nós ficarmos reclamando, nós somos servidores públicos e, por incrível que pareça, nós somos servidores e a nossa essência é servir: nós somos servidores, nós temos que servir, e o servir não é fazer para os nossos clientes, a sociedade; o servir não é fazer o possível; servir é fazer o melhor, e o nosso melhor nós conseguimos fazer muito mais. E com pouca gente nós temos feito muito pela sociedade, muito pela classe das mulheres e nós podemos fazer muito mais ainda, basta nos dar a missão que a gente acaba cumprindo.

Eu peço que a soldado Deyse Mara Mascarello fale da parte operacional que nós estamos executados no quartel em cima do projeto Rede Catarina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. SOLDADO DEYSE MARA MASCARELLO ­**— Boa tarde a todos e a todas.

Comprimento as autoridades aqui presentes de um modo geral.

O que dizer do Rede Catarina de Proteção à Mulher? É um projeto que nasceu na cidade de Chapecó, e somos nós, da Polícia Militar, com nossas parcerias que estamos desenvolvendo-o.

Atualmente temos 187 mulheres sendo atendidas pelo Programa Rede Catarina aqui na cidade de Chapecó. A nossa guarnição ela é composta por dois policiais militares na área do Direito e na área da Pedagogia, que é o meu caso, e a gente orienta essas mulheres da melhor forma possível. Como? Todas as medidas protetivas que são deferidas chegam para a gente via *e-mail*, no contato com elas é preenchido um cadastro com todas as características dessa vítima, onde ela mora, quantos Boletins de Ocorrência ela já registrou, quem é o agressor, se o agressor faz uso de álcool e drogas, enfim, é feito todo um levantamento dessas mulheres. Posteriormente, a gente faz a visita e entra em contato com elas firmemente, praticamente 24 horas por dia, pelo telefone do Guardião – do Rede Catarina agora. Então, a gente tem um telefone particular do Rede Catarina, que é o 9 9990-2929, que fica à disposição dessas mulheres atendidas pelo Rede Catarina. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*] [*Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini*] Elas nos comunicam, avisam sobre os novos fatos, tiram dúvidas, pedem encaminhamentos. Quando elas não se sentem muito bem, elas perguntam se a gente pode fazer o encaminhamento para o CRAS, para o Creas. Quando a gente vê que a situação é bem complicada — aconteceu já essa semana, né, Delegado? —, a gente faz a parceria e desenvolve o trabalho da melhor forma possível para ajudar essa mulher vítima de violência.

 As demais parcerias são os sócios jurídicos das Universidades, aqui da cidade, da Unochapecó e da Unoesc, os dois Centros de Assistência Social também das duas Universidades, as quais nos auxiliam a fazer os encaminhamentos para essas mulheres quando elas precisam de algum encaminhamento.

Temos uma parceria muito legal com a casa abrigo, aqui de Chapecó. Estamos desenvolvendo um projeto, que a gente vai até a casa abrigo e ajuda a orientar essas mulheres juridicamente na questão de Direito de Família, Direito Civil, o que fazer com a medida protetiva, o que eu tenho que fazer e o que eu não tenho que fazer, o que eu vou fazer se eu estou violando ou não a medida, o que ele pode ou não pode fazer para ele violar, o que eu posso fazer, e algumas orientações de autoajuda também para que essa mulher, que está na casa abrigo, simplesmente não saia de lá e volte para o lar agressor. Porque, às vezes, uma simples falta de informação faz com que ela volte para o lar agressor, um simples fato de que ele a ameaçou de uma forma diferente que ela já se sinta coagida.

A maioria das coisas que passa por nós é o tal do “eu vou tirar os seus filhos”, e sem o conhecimento jurídico de que isso não é possível elas acabam voltando por causa das ameaças: “Eu vou perder o emprego se você não retirar a medida protetiva.” É mentira, ele não perde. Então ela acredita que perde e acaba retirando a medida protetiva porque o seu agressor lhe disse que isso era possível. Portanto, não tendo essa orientação, ela retorna para o lar agressor. É muito importante esse projeto que a gente tem com a casa abrigo aqui de Chapecó. E cada vez que uma mulher entra lá a gente faz esse contato com a abrigada, juntamente com a coordenação da casa abrigo e os demais funcionários que lá estão.

 Todo mundo pergunta quantos cadastros já chegaram para nós. Em Chapecó, em dois anos e oito meses de projeto, já passaram 1.308 mulheres por nós, sendo que 590 já terminaram o seu atendimento e não retornaram mais a fazer parte da rede, e 57 retornaram para os seus agressores. Então, é um numerozinho baixo, mas é algo preocupante, não deveria [acontecer], deveria de ser algo mais bem estudado.

 Como a Delegada colocou, o Rede Catarina também faz atendimento nas escolas. Ela vai até as escolas, juntamente com a parceria com o Rede Segurança Escolar, e são feitas essas orientações para os adolescentes, pois vieram chegando diversas medidas protetivas de meninas muito novas. Então houve essa necessidade, e foi feito esse trabalho nas escolas, tanto com algumas do Município como na maioria da área estadual por conta do Rede Segurança Escolar. Então eles nos procuram, agendamos, e fazemos essas palestras para os adolescentes nas escolas também.

 Agora estão vindo nas medidas protetivas, desde o dia 2, que o agressor é obrigado a comparecer ao Batalhão para atendimento do Rede Catarina. Então, o marco conceitual da Rede Catarina prevê o atendimento tanto da vítima quanto do agressor, e o Rede Catarina de Chapecó está desenvolvendo essa atividade com ambas as partes. Inclusive antes de vir para cá, hoje, eu fiz o atendimento de um dos primeiros agressores que foi até o Rede Catarina para conversar conosco em função da sua medida protetiva.

 Serão feitos a partir de agora grupos — há os atendimentos individuais, porém não enriquecem tanto quanto [trabalhar] em grupo. Então os agressores vão ser atendidos em grupos, lá mesmo dentro do Batalhão − junto com uma psicóloga e uma assistente social da Abepom, que é a nossa extensão da Polícia Militar, para que eles também possam nos contar as situações deles, as versões deles –, para que a gente possa orientá-los a não violar mais as medidas protetivas, e, quiçá, eles não perturbem mais as nossas protegidas, como a gente denomina as nossas mulheres no Rede Catarina aqui de Chapecó.

Além desse atendimento aos agressores, a gente faz atendimento nas escolas. No ano passado a gente fez grupos de atendimento. Convocamos as mulheres para virem até o Batalhão para fazerem essas atividades em grupo, nós tínhamos uma psicóloga que fazia o atendimento com essas mulheres em forma de grupos, passavam uma manhã ou uma tarde conosco, e eram orientadas pela profissional. A gente as escutava de uma forma mais dinâmica, não tão engessada como aquela “vamos lá, vamos conversar com ela, vamos analisar o caso dela”, né? Era uma roda de conversa dentro da instituição para que também elas possam perder aquele medo, aquele tabu de que “ah, ninguém vai me escutar. A partir de hoje, só tenho uma medida, mas ninguém me escuta.”

 Então é essa a função da Polícia Militar, é essa a função do Rede Catarina: é escutar, é compreender e fazer os encaminhamentos necessários de acordo com as nossas parcerias, pois o Rede Catarina não anda sozinho, porque não tem como desenvolvermos nada na vida e muito menos no nosso serviço sozinhos. Portanto, desenvolvemos em rede, o nome já diz Rede Catarina porque um ajuda o outro, é um trabalho de formiguinha para desenvolver da melhor forma possível e ter um índice positivo que temos aqui em Chapecó, que é o de nenhuma das nossas mulheres ser vítima de feminicídio. *(Palmas.)*

**O SR. TENENTE-CORONEL RICARDO ALVES DA SILVA** —Só [queria] complementar o que a Deyse está colocando. Quando a gente trabalha com um projeto, talvez não consiga dimensionar quantas vidas consegue preservar. Quando a gente faz a apreensão de uma arma, a gente não sabe se aquela arma poderia matar alguém, então, não consegue dimensionar. Mas é importante destacar a quantidade de prisões que nós fizemos por conta desse projeto, foram 30 prisões, e, talvez, um desses pudesse retirar uma vida.

Então, a relevância desse projeto está em cima disso: temos o acompanhamento da vítima, acompanhamos também o agressor, se caso ele descumprir essa medida, a Polícia Militar está presente. Então, isso é um destaque interessante a ser feito: o número de prisões em flagrante que foram cometidas, tá bom?

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** —Muito obrigada, Tenente-Coronel Ricardo e soldado Deyse. Parabéns pelo excelente trabalho que vocês prestam para as mulheres e para a sociedade de Chapecó e de toda a região. Parabéns!

Vou passar a palavra agora para o Delegado Regional da 12ª Delegacia do Município de Chapecó, Wagner Valdivino Meirelles.

**O SR. DELEGADO WAGNER VALDIVINO MEIRELLES** — Boa tarde, Deputada Marlene. Eu gostaria de cumprimentar todos.

Quero dizer que a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina hoje tem uma participação muito importante no combate à violência doméstica. E nós temos um papel, agora, de falar não da legislação, não é esse o objetivo da audiência pública, mas falar de gestão, de Chapecó e mais especificamente da Polícia Civil e um pouco do relacionamento com as demais instituições aqui da nossa cidade.

Eu assumi a Delegacia Regional de Chapecó em fevereiro 2016, logo em seguida chegou o Coronel Ricardo, nosso amigo, o Coronel Jorge já estava aqui, e depois os demais Delegados da Dpcami, o doutor Stang, o doutor Estevão, e nós sempre tivemos uma missão muito clara de gestão pública, que é trabalhar em rede.

A senhora Deputada pode observar que aqui em Chapecó não vai ouvir falar de desentendimento entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, por quê? Pelo menos entre nós a senhora não vai ouvir falar isso aí, porque nós tomamos café juntos, nós fazemos churrasco juntos. Então, aqui em Chapecó não há problema entre Polícia Civil e Polícia Militar no que diz respeito aos Comandos, isso já é um grande passo − não disse que não há conflito, disse que não há conflito entre os Comandos, e isso faz uma diferença enorme. Por que faz uma diferença enorme? Porque na hora de eu falar, na hora dos Coronéis falarem, nenhum deprime a outra instituição.

Além disso, nós trabalhamos em parceria com a Polícia Militar naquilo que é cabível entre as instituições, temos uma parceria muito boa com o Município de Chapecó. Para se ter uma ideia, nós temos três assistentes sociais cedidas pelo Município de Chapecó para a Dpcami, também temos uma parceria muito boa com a OAB, a doutora Sandra faz parte da Comissão da Mulher Advogada, e é uma parceira muito grande que nos ajuda a buscar melhorias para a Polícia Civil.

 Eu vou citar apenas um exemplo. Nós tínhamos aqui em Chapecó a Dpcami funcionando numa casa alugada pelo Município de Chapecó, que pagava o aluguel, as despesas com água, luz e telefone. O Estado entrava com os policiais e com os procedimentos que nós atuamos. Essa casa, só para se ter uma ideia, era para mais ou menos 10 pessoas morarem ali, e tinha diariamente 27 pessoas trabalhando entre policiais, estagiários, assistentes sociais, psicóloga. Portanto, numa casa onde poderia morar 10 pessoas, tinha 27 trabalhando e recebendo por dia em torno de 50 visitantes. Obviamente, a Polícia Civil não poderia funcionar bem porque nós não teríamos condições de ter um profissional trabalhando de uma forma que elevasse a sua autoestima. Então, se nem para aqueles profissionais tinha uma condição adequada, que dirá para as mulheres.

Então, a primeira coisa que nós temos que olhar, e a doutora Cibelly falou muito bem, é a gestão. Se nós queremos reduzir os índices de violência, primeiro nós temos que nos entender, temos que falar muito bem com as instituições que estão envolvidas, a Polícia Militar tem um papel preventivo, eu sempre digo que, quanto mais se investe em prevenção, menos repressão. E aí trazendo: quanto mais se investe em um trabalho preventivo da Polícia Militar, por exemplo, menos Polícia Civil, isso é uma lógica, pois a Polícia Civil [faz um trabalho de repressão]. Então, se o trabalho preventivo funciona bem, menos investigação, menos atuação da Polícia Civil, isso é bom para o Estado.

Nós não queremos encher de policiais em todas as Delegacias apenas, ou de policiais militares, nós queremos que as coisas funcionem, só que trabalhar no combate à violência doméstica tem que ser em rede, e aí entram as assistentes sociais, os programas sociais do Município, entram também as parcerias, envolvendo a própria melhoria dos servidores. E trazendo ainda sobre a questão da unidade, eu contei uma parte negativa do que era, agora vou falar a parte positiva do que é hoje.

Nessas parcerias nós tínhamos um prédio aqui da nossa cidade onde funcionava a Justiça do Trabalho. Nesse prédio hoje funciona a Polícia Civil, está aqui a nossa Vereadora Astrit, uma das primeiras a nos ajudar naquele projeto, a conseguir o prédio que foi a várias mãos − agradecemos a sua parceria. E hoje nós temos a Câmara de Vereadores também como parceira da Polícia Civil, fazendo todo esse trabalho de divulgação, fazendo todo esse trabalho de união. Por que eu falei um pouco sobre essa questão da parceria e da união de esforços? Porque eu não consigo ver essa redução que existe em Chapecó. Para se ter uma ideia, em 2014 houve 13 mortes de mulheres, na época não era feminicídio, mas classificado como 13 mortes; em 2016, nós tivemos 5 feminicídios; em 2017, 7 feminicídios; em 2018, nós tivemos 2 feminicídios, não é, doutor Stang? E agora nós tivemos 1 feminicídio no período de um ano, foi um caso bem grave que ocorreu aqui na nossa cidade. E o diferencial foi que em 2016 nós tínhamos na Dpcami 1 Delegada de Polícia, 4 escrivães, e 4 agentes de polícia, e isso não vai funcionar, não tem como funcionar uma Delegacia no oeste catarinense só com esse efetivo. Foi melhorado com o quê? Com as parcerias, aí entrou o Município nos cedendo 1 psicóloga, estagiários, e assistentes sociais, isso já deu uma melhorada muito grande. Além disso, [tivemos] remanejamento de policiais para trabalhar nessa Delegacia que chegou a ter 8 agentes, hoje trabalha com 7 agentes.

 Por que eu falo desses números? Porque se nós queremos que as coisas melhorem. Para se ter uma ideia, eu tenho 42 anos de idade e estou há 23 anos no serviço público, trabalhei 12 anos na Polícia Militar, e todas as instituições que eu passei sempre reclamaram de falta de efetivo, sempre! Então, não adianta ficarmos esperando o ideal, porque o ideal pode ser que demore, nós temos que analisar o real. E o que a vida me ensinou no serviço público é que, se nós ficarmos apenas reclamando, não vai acontecer. Portanto, busquem as parcerias, sejam diferentes, e o caminho que nós percebemos aqui é que na Polícia Civil quando você investe em profissionais em determinada área, o resultado aparece.

O que nós fizemos? Primeiro, para resolver uma demanda muito grande que havia aqui na cidade, que eram os homicídios − aí entra a Deputada Luciane −, nós precisávamos concentrar o trabalho da Polícia Civil em uma só unidade para investigar homicídios. Então nós tiramos de todas as Delegacias as investigações ou as atuações nos casos de homicídios, foram todos para a DIC, especializamos uma unidade. Qual foi o resultado disso? E, obviamente, quando eu falo desse resultado não é exclusividade da Polícia Civil, ele tem também a participação da Polícia Militar, com informações, com apoios, muitos casos de prisões em flagrante: em 2016, tivemos 41 homicídios; em 2017, tivemos 38 homicídios; em 2018, tivemos 34 homicídios. Detalhe: todos solucionados, todos! Então nós tivemos 100% dos homicídios solucionados em 2017, em 2018, e em 2019, nós temos 12 homicídios, todos solucionados. O detalhe de tudo isso é que os homicídios estão concentrados na DIC, inclusive os feminicídios são investigados por essa unidade, o que colabora bastante, e com isso a gente consegue fazer o quê? Mostrar para a população, mostrar para os agressores que aqui tem resposta para os casos graves.

Nós temos, para sintetizar um pouco a minha participação, no ano de 2018 só a Dpcami, doutor Stang é o titular, e na época tinha outro Delegado, o doutor Escudero, ela efetuou 80 prisões, 80 prisões! Aí trazendo [mais números]: em 2016, foram 14 prisões; em 2017, foram 19 prisões; em 2018, foram 80 prisões, sejam prisões em flagrante, sejam prisões preventivas. Esse resultado deu um impacto muito grande, por quê? Porque nós acreditamos que as pessoas quando têm a segurança pública muito clara, quando ela está funcionando, as pessoas passam a respeitar mais. [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno*]

Eu disse que eu trabalhei 12 anos na Polícia Militar e aprendi uma coisa muito importante: nós temos que trabalhar com os órgãos de imprensa. Nós precisamos, para respeitar as pessoas, ver e ouvir. Nós trabalhamos na prestação de serviço de segurança pública. Como nós vamos fazer o resultado do nosso trabalho ser visto? Divulgando. E os órgãos de imprensa são muito importantes porque, quando eles ouvem autoridade falando — Delegado de Polícia, Comandante da Polícia Militar, Delegado responsável pela Dpcami dando uma entrevista de prestação de contas para a população que conseguiu resolver um problema que era de violência doméstica —, isso já vai tendo um efeito muito grande na sociedade, pois as pessoas passam a acreditar nos órgãos públicos de segurança, passam a acreditar mais na autoridade, talvez esse seja o porquê de as mulheres, ou de Chapecó, ter uma quantidade de registro maior. Elas passam a ir mais à Delegacia, passam a buscar mais a Polícia Militar, e aqui tem funcionado.

Quero colocar a Polícia Civil à disposição. Nós temos uma Delegacia que está sendo estruturada, está se mudando para o prédio da Justiça do Trabalho, é um prédio de 1.600 metros quadrados, do Estado de Santa Catarina, e agora ela está sendo organizada ali para trabalharmos.

Nós temos muito a alcançar, mas eu digo que Chapecó pode ser considerada um exemplo, a começar pela união que nós temos aqui, pela maneira de como nos tratamos, pela maneira como somos vistos pelas demais entidades e, mais ainda, pelos resultados que temos. São poucos os lugares no Brasil, diria que no mundo, que tem 100% dos homicídios solucionados, e com um detalhe: a maioria dos autores presos. Nesse último caso, o autor do feminicídio foi identificado e preso com todas as informações, [com serviço feito] em parceria.

Então sabemos que cada instituição tem os seus interesses, tem os seus objetivos, mas não podemos focar [só] neles, nós temos que trabalhar no resultado. Essa lógica funciona muito bem aqui em Chapecó. São nossos amigos, nossos colegas — eu não vou me estender porque eu tenho que respeitar o tempo de todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Obrigada, Wagner. Sem dúvida nenhuma, Chapecó [está] fazendo escola, e é uma referência que a gente precisa replicar no Estado de Santa Catarina e em todo País. Como o senhor falou, comunicação é uma parte muito importante. Nós, como Parlamentares, e aí eu falo por mim e pela Deputada Luciane, temos um espaço na Assembleia Legislativa para mostrar o trabalho e a atuação de quem faz a sua parte, de quem faz bem, de quem faz o seu trabalho representando a sociedade, de quem faz o seu trabalho no âmbito da sua competência com excelência. Integração e parceria para mim são um dos melhores caminhos, senão o melhor para conseguirmos resultados positivos em qualquer área no âmbito público, mas na questão da segurança, sem dúvida nenhuma, mais ainda. Nesse caso da violência contra a mulher, mais do que nunca. Parabéns pelo trabalho de vocês.

Agora vou passar a palavra à senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, a qual já tem um trabalho, em favor da causa da mulher nos três mandatos de Deputada e um de Vereadora, muito importante.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** — Boa tarde.

Quero cumprimentar, especialmente, todas [as mulheres] porque a maioria aqui é mulher; também todos os homens que estão aqui conosco neste momento.

Quero parabenizar minha colega Marlene, porque ela foi uma grata surpresa para nós na Assembleia. Estou no terceiro mandato como Deputada, e ela está entrando agora, e, às vezes, as pessoas me perguntam: Como é a Marlene? Eu respondo: É parceirona, é uma pessoa muito sensível, muito comprometida. A Assembleia ganhou com a eleição da Marlene, [quero] deixar de público aqui o registro. Nós estamos em cinco Deputadas, mas quem tem um debate mais voltado à violência, são quatro. A gente precisa ser justa aqui, [são quatro] que discute feminicídio, que discute violência doméstica, que está preocupada em construir outra cultura.

Acho que todas as falas foram brilhantes, eu conheço o trabalho aqui da segurança pública em Chapecó, e tenho dito que a gente tem indicadores muito positivos. Quando o Delegado aqui falava da Delegacia de Investigação Criminal, nós ajudamos nisso, e eu sempre sou muito parceira porque acho que o nosso papel, como Parlamentar, é também subsidiar que todos os órgãos funcionam. A gente não é Poder Executivo, mas a nossa voz e a nossa interlocução são fundamentais.

Nós já levamos a Deyse para a Assembleia, permita-me te chamar assim, para levar a experiência da Rede Catarina. Acho que a gente tem sempre que falar das coisas boas, porque o problema é que a gente fala só dos problemas. É como na política, né, Marcilei, pega só os políticos que aprontam e aí todo mundo diz que ninguém presta porque só tem aquela imagem, não é mostrado o trabalho sério de quem é sério. A gente tem que mostrar o trabalho sério, até, Ricardo, para a gente enxergar que tem alternativa e não desanimar tanto.

Quero dizer que nós estamos trabalhando em diferentes frentes: a Marlene está fazendo audiência, são seis audiências no total; a Ada, nossa coordenadora da bancada feminina, terça-feira instala a Frente Parlamentar de Combate à Violência Doméstica; eu começo agora, em agosto, a segunda rodada de seminários de combate à violência doméstica. Por que segunda rodada? Porque nós começamos em 2017, inclusive aqui a gente fez um seminário e discutimos com todas as entidades, com a sociedade civil, com os estudantes, com as mulheres, com os professores, com os profissionais liberais, com os órgãos da segurança pública. Foi aí que a Deyse apresentou [o trabalho] junto com a equipe aqui em Chapecó. Isso nós fizemos em Chapecó, mas fizemos em mais doze lugares no Estado.

Eu quero trazer essa experiência porque aqui tem muita gente fazendo gestão e pensando alternativas sobre esse tema. Pessoal, tem muita coisa boa acontecendo, muita coisa boa! Às vezes, a gente olha para as coisas boas e diz: “Ah, mas é tão pequeno, é tão insignificante.” Não. No conjunto se soma. Vou trazer aqui alguns exemplos: eu chego em Mafra, que é uma cidade que não tem grandes debates do assunto como tem aqui, e lá eu me deparo com um projeto de uma escola de Ensino Médio, em que os estudantes, adolescentes e jovens, vão em todas as escolas estaduais discutir a violência com os estudantes. Não sou eu de fora, é o estudante falando sobre violência, violência de gênero, LGBT, falando de igual para igual, não tem nenhum palestrante, ninguém *expert*. Esses estudantes criaram o Dia D, o qual eles fazem um movimento inteiro na cidade. Isso virou um programa, inclusive nós levamos para a Assembleia para divulgar. Magnífico!

Eu vou para Campos Novos fazer um debate lá, e a Secretária de Assistência, muito jovem, iniciando, disse: “Deputada, tem algumas regiões aqui do meio-oeste, região aqui de Campos Novos que não dá para falar de violência porque é um tabu.” Porém, ela ficou com aquilo na cabeça. Este ano eu voltei lá, e ela criou um Fórum Regional de Mulheres para debater a violência doméstica, chamando todos os Municípios e construindo pautas contínuas.

Eu visitei outra experiência agora. E aí eu quero entrar em duas dimensões aqui para a gente entender uma coisa, tem gente que, às vezes, minimiza o tema do feminicídio. Lá mesmo na Assembleia temos colegas Parlamentares que fazem isso: é mimimi, é choradeira, morre muito mais homens do que mulheres, vocês querem vitimizar as mulheres. Olha aqui, eu visito muitas escolas, e visitei uma escola esses dias que um menininho de 6 anos, 7 anos de idade, era o primeiro da fila, muito agressivo, ele estava inquieto, e aquilo me incomodou porque você percebe que tem alguma coisa errada. Quando eu sai da sala eu perguntei à professora o que tinha aquele menino, e ela respondeu: “Esse menino, Deputada, viu o pai matar a mãe a facadas.” Eu estou trazendo esse caso aqui para dizer: Gente, é muito diferente você tratar de 60 mil mortes de homens no Brasil, homens que enchem a cara, que brigam no bar, que pegam o carro em alta velocidade — é diferente ou não é? —, e olhem o que significa violência doméstica! Olhem o ciclo que nós teremos que trabalhar para que esse menino não vire um agressor. Quando eu sai da escola, já entrei em contato com a Psicóloga. Nós precisamos fazer um atendimento a esse menino, a essa família.

Essa semana eu tive que acionar a Defensoria Pública porque a família do pai que assassinou quer a guarda do menino. Vocês vejam o que envolve uma situação de violência doméstica, ela desequilibra todas as relações sociais no seu entorno. Por isso, tratar do feminicídio e da violência doméstica, por favor, é muita ignorância, eu diria, dizer que é a mesma coisa do que qualquer outra morte.

Normalmente no Brasil e no mundo quando uma mulher quer terminar com o homem ela sofre violência; já o contrário não é verdadeiro. As mulheres não saem matando os seus ex-companheiros ou namorados, maridos, sei lá, na frente dos filhos porque ele não quer mais ficar com ela. Tem algo que precisa ser recomposto na nossa sociedade.

Eu chamo atenção do grande desafio que está colocado aqui, nós só estamos aqui falando de ações porque tem uma coisa que nós une, não é iniciativa de cada um, e a Lei Maria da Penha. Tudo o que cada um falou aqui é a Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha prevê uma rede de atendimento, essa rede de atendimento precisa funcionar, ela precisa existir. A Polícia Militar pode ser a melhor do mundo, como bem falado, mas só funciona porque todo mundo pega junto.

Nós, no Parlamento, só vamos ter vitórias e sucesso se conseguirmos somar os esforços do Executivo, do Judiciário, do Legislativo, enfim, dos órgãos que funcionam. Eu quero resgatar a importância da Lei Maria da Penha. De onde vem a Lei Maria da Penha? Vem de uma luta enorme de décadas. Por que eu estou aqui voltando a falar disso? Porque, às vezes, a gente gasta anos para chegar numa lei boa e tem gente que diz assim: “Para que se reunir, para que gastar tempo, para que estudar, para que se organizar?” Para isto: A Lei Maria da Penha existe porque teve muita gente que se reuniu por muito tempo para elaborar essa lei junto com a própria Maria da Penha, e nós temos que aperfeiçoar essa lei.

Quero dizer que o grande desafio aqui colocado para nós, independente das funções que estamos, é fazer com que dialoguemos mais entre nós. Quando eu falo dialogar é, efetivamente, fazer com que a responsabilidade de cada um funcione. No Estado de Santa Catarina, vai fazer nove anos que estou lá e só agora o Governador assinou o Pacto Estadual Maria da Penha, agora! Quantas vezes o Conselho brigou? Quantas vezes o Conselho Estadual pautou? Nunca se deu bola, agora foi assinado. Por que é importante ter essa assinatura? É o compromisso do Poder Executivo, dizendo que essa pauta precisa ser tratada. Quero reforçar aqui que ninguém está perdendo tempo, ninguém está fazendo pouca coisa, todos estamos trabalhando para que a Lei Maria da Penha saia do papel.

Quero falar de uma coisa bem legal que está acontecendo aqui em Chapecó: é a Central de Penas e Medidas Alternativas. Eu tive o prazer de conversar com as meninas da equipe, tem uma assistente social, tem uma psicóloga e tem o Juiz que autoriza o cumprimento dessas medidas alternativas. São oito cidades no Estado, a de Chapecó está conseguindo indicadores maravilhosos, 94% de não reincidência, 94%! Eu quero só citar um exemplo aqui para a gente entender o que está acontecendo aqui na Central de Penas e Medidas Alternativas. A gente não quer só acabar com a violência doméstica, a gente quer homens e mulheres mais respeitosos, com relações mais humanas. Eu não quero só que a mulher não morra de violência, mas eu também quero que homens não matem homens, eu quero uma sociedade mais equilibrada. A psicóloga e a assistente social me contavam, na Central de Penas e Medidas Alternativas, que um dos cidadãos, cumprindo medida alternativa, passou e passa por vários momentos de reflexão, se não me falha a memória, quinzenais. Estudam mesmo, eles têm que entender o que é a luta das mulheres, por que não se bate em mulher, por que se chegou à Lei Maria da Penha, tudo isso. Um dia esse pai, esse homem, foi chamado na escola porque a professora disse que a sua filha estava aprontando. E esse homem chegou à escola e ouviu da professora informações muito ruins sobre a sua filha, ou o seu filho, não lembro com detalhe aqui, e ele disse para a psicóloga: “A minha vontade era pegar a professora pelo pescoço!” E aí eu lembrei de que nós estudamos que não é pela força, mas é pelo diálogo que a gente tem que resolver os nossos problemas. Ele disse: “Eu escutei a professora falar e, ao final, nós nos entendemos.” Gente, é disso que eu estou falando, a gente quer reconstruir o ser humano, e para isso a gente precisa construir aquilo que não foi colocado em determinado momento na sua vida, aí é que entra o papel da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que aqui em Chapecó é muito protagonista, do Poder Executivo local, das nossas Vereadoras, a Marcilei Vignatti, que tem um trabalho belíssimo, a Astrit, que está lá, do Delegado, doutora Cibelly, como Poder Judiciário aqui falando no seu conjunto.

Então, a gente precisa continuar isso. Eu troquei uma ideia com a Marlene sobre o que nós vamos fazer. Bom, eu vou fazer seminário; ela vai fazer audiência; e a Ada instala a Frente. O que nós vamos fazer com tudo isso? Temos uma sugestão: ao final do ano juntar tudo, juntar tudo porque é a mesma situação que a gente quer resolver, e quem sabe saiam ótimas ideias e propostas com todos vocês. [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

Eu quero trazer aqui a minha contribuição de forma muito humilde, muito singela, mas dizer que eu acredito, sim, eu acredito que a gente vai viver um dia em que não vamos mais encontrar ninguém batendo em ninguém.

 Para terminar aqui, Marlene, esses dias eu disse para o meu menininho de 6 anos de idade: “Guilherme, por que você não colocou o cinto de segurança? Pode colocar, senão eu não ligo o carro.” Aí ele disse: “Mãe, mas pra quê? É só daqui até ali”, argumentando comigo. Eu disse: “Vai colocar, sim, porque nós estamos falando aqui de risco. Se vier um louco e bater, você vai saltar pra frente e se machucar”. “Mãe, isso é bobeira, eu tenho 6 anos, nunca aconteceu isso.” Olha só, com 6 anos de idade eles vão construindo argumentação, daqui a pouco te convence. Eu disse: “Tu vais pôr, sim! Primeira coisa: “Tu me obedeças. Tu vais pôr esse cinto, senão eu não saio daqui, nós vamos ficar aqui parados.” Ele: “Tá bom!” Eu disse: “Segunda coisa, vou te explicar um negócio aqui: risco a gente não pode correr.”

Eu contei isso para falar de prevenção à violência. Talvez fosse uma mulher dos 187 casos. Talvez pudessem ser 187 mulheres. É risco. Por ter risco, tem que ter prevenção. E o trabalho da prevenção tem que ser valorizado, não só esperar acontecer para depois a gente ver o que faz. A prevenção é tão importante ou mais do que depois correr atrás do que aconteceu.

 Então, parabéns aqui, Marlene. Vamos em frente.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Obrigada, Deputada Luciane, por essa aula. É uma inspiração para todas nós, mulheres, que queremos fazer a nossa parte para mudar a nossa realidade.

 Eu vou pulando para não ficar certinho um atrás do outro. Posso passar para ti, Ulda? Podes fazer a apresentação da Secretaria de Assistência Social? Mais uma nessa cadeia e nessa rede tão importante que no final das contas traz resultados como os que vocês estão apresentando aqui hoje em Chapecó.

Com a palavra a senhora Secretária Municipal de Assistência Social de Chapecó, Ulda Baldissera.

**A SRA. ULDA BALDISSERA** —Boa tarde a todas.

Vou dispensar o protocolo como [fiz] hoje pela manhã. Lá no Fórum Parlamentar, o Deputado Peninha dizia: “Parem de cumprimentar de novo todas as pessoas, senão vão perder tempo.”

Eu queria, primeiramente, apresentar toda a minha equipe. Levantem o braço, por favor.

(*As servidoras da equipe da Secretária levantam o braço.*)

Estão aí, eu convidei para que viessem comigo. Também a doutora Sandra Fagundes e o Cortina, que faz parte do meu grupo que estuda essa questão.

Eu não vou falar de novo tudo o que foi falado aqui, porque eu quero pedir a permissão para os que me antecederam, para eu entrar também na rede, falar a minha parte.

Antes disso, só quero dizer que estou imensamente orgulhosa hoje. Eu tive o prazer e o privilégio de estar no Fórum Parlamentar, cheguei antes das 10 horas e fiquei até 12h40min ouvindo os nossos representantes, Deputados e Senadores. Vi a Deputada Carminatti, Deputada Marlene, nossa Vereadora Marcilei Vignatti, Deputada Federal Caroline De Toni, e fiquei muito orgulhosa porque vocês mandaram bem, vocês estavam como mulheres lá, nos representando mesmo, foi fundamental. Por que isso? Porque chega, né, as mulheres precisam também desse espaço, e não podemos continuar acreditando que nós somos inferiores. As mulheres têm poder e só querem viver em paz.

Estou falando agora como gestora que, ao assumir a Secretaria em 2017, o Prefeito Buligon me convidou, eu já estava em casa, cuidando da minha vida, e ele perguntou se eu queria assumir a Secretaria. Eu disse: “Meu Deus, voltar!” Porque trabalhar numa Secretaria de Assistência Social é muito vulnerável, você trabalha com tudo aquilo que ninguém quer ver, trabalha com a segunda face da história. Por exemplo: hoje tem um frio intenso lá fora. Estão prometendo que amanhã e domingo vai ser arrepiante, e os moradores de rua e todas as causas nefastas são culpa da Ulda, do Prefeito Buligon. A gente sabe disso, então, isso nos preocupa porque tudo é culpa do Município, porque a porta de entrada de todas as questões sociais cai na Assistência Social, na porta do CRAS — por isso, eu quis que quem fosse do CRAS estivesse aqui conosco —, na porta do Creas, na sala da secretária e no gabinete do Prefeito.

 Então, em cima disso, nós começamos a pensar a gestão do SUAS, que eu me apaixonei e acho que foi, como a Deputada Carminatti falou, [resultado] de longos anos de muita discussão, [vem] lá de 1993, veio a Constituição 1988, 2003, e veio, veio, veio, até chegarmos, graças a Deus, nesse projeto maravilhoso para o Brasil, que é resgatar a dignidade humana. Aí quando vejo mulheres da qualidade de vocês nos representando, nós sentamos, né, Sandra, nossa equipe, o Cortina e as diretoras, eu disse: “Meu Deus, eu preciso aproveitar essa oportunidade para dizer para vocês o que disseram antes, que o Brasil tem jeito, Chapecó tem jeito, tem milhares e milhares de pessoas fazendo a diferença, trabalhando na quietude”.

Quando alguém ver um mendigo dormindo na rua hoje, [saiba] que eles vão receber seu café quente, seu cobertozinho, porque a nossa equipe vai estar lá. Nós temos muita gente boa pensando: “Como nós vamos fazer para [os agressores?] deixarem as mulheres em paz?”

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar sua apresentação.*)

Aí nós fizemos umas transparências muito interessantes do resgate da história que nós estamos fazendo desde 2017, no sentido de ver o que nós podemos fazer para que a rede funcione.

 Por isso, Delegado, quando o senhor fala que a gente cede toda a equipe lá, eu fico muito feliz, porque a gente poderia dizer não, e aí não teria Dpcami funcionando. A Polícia Militar a mesma coisa, porque a gente foi ver e tem uma parceria muito boa, por quê? Porque tem que ser assim, não pode mais ficar [como está].

Aí eu fico muito triste, Deputadas, por isso que nós nos organizamos — depois vamos passar rapidamente os dados ali para vocês, vai ficar cópia —, porque nós, Municípios, somos muito judiados. Agora, eu quero falar como gestora: Parem de judiar da gente, inclusive o Tribunal de Contas, porque não vem o dinheiro para a gente trabalhar, não vem!  As parcerias não são pontuais. Aí temos a judicialização, é o judicial cobrando prazo, dando dez dias para nós respondermos, é notificação em cima de nós, é o Estado cobrando relatórios. E eu espero que o Estado, né, seja mais parceiro conosco, que nos mandem o que nos devem. E como o nosso Prefeito é municipalista, eles [os Municípios] têm que funcionar, não podem parar, nós vamos fazendo as contas: Dois mais dois não dão quatro, dão oito, e nós vamos pagar os quatro que nos devem.

Eu só vou aproveitar porque têm as Deputadas aí. (*Palmas.*) Nós temos onze anos, onze anos, onze anos que não sai da Casa Civil do Estado a lei para a implantação do Fundo Estadual de Assistência Social do Estado (FEAS). Não tem, daí os Municípios não recebem o dinheiro que é devido. E não adianta, tudo acontece no Município.

Então eu estou muito esperançosa pelo nível e pela qualidade dos nossos representantes aqui do oeste. Marlene, eu te conheço. Ela foi meu anjo da guarda por anos, ela é maravilhosa também. Eu amo vocês pela coragem que vocês têm e vocês têm que nos ajudar, aprovem a lei do FEAS, porque daí nós vamos poder fazer projetos maiores.

 Se eu consegui atender duzentas mulheres, com mais recursos nós vamos atender quatrocentas. Não se faz nada sem dinheiro, nós precisamos de recursos. O governo federal tem que mandar pontualmente. Nós estamos em julho, e não veio o dinheiro para Chapecó de 2018. Não veio do Estado até agora e não veio o de 2019 também, mas o Tribunal de Contas nos cobra, cobra pontualidade o Promotor e o Juiz. Então, é uma maneira de a gente, como sou gestora e tenho responsabilidade social, poder fazer mais. Mas eu acho que nós avançamos mesmo vocês falando, por quê? Os índices mostram.

Vocês já falaram das leis. O nosso sonho é o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, que há mais de dois anos que estamos avançando. A nossa preocupação foi seguir os eixos que vieram desde a Secretaria Nacional dos Direitos das Mulheres, e fomos fazendo esse estudo dentro da nossa Secretaria, com os gerentes, com os nossos diretores.

Aqui tem todos dados das mulheres vítimas de maus-tratos.

Aí nós colocamos aqui (*mostra imagem*) os desafios na proteção à mulher, como gestão, como Município.

Em 11 de setembro de 2018, o Prefeito sancionou o SUAS. Então, hoje ele tem registro de nascimento. Eu posso tipificar todos os serviços, nacional, estadual, porque hoje ele é lei. Então eu acho que é um avanço. E a gente está se organizando, por quê? Porque a gente quer ver se contempla no Orçamento, e, em função disso, foram feitas muitas reuniões, mais de sessenta encontros foram realizados com todas, porque a gente pensou na transversalidade.

Eu defendo, como pedagoga, que, quando a criança nasce, tu já vês lá no berçário, se a criança é uma menina ou é um menino, ela tem que ser incluída num contexto de direito, de seguridade social, né? E a mulher também, que ela vá até os 100 anos de vida aqui, ela não precisa ser perturbada.

Então nós nos preocupamos na nossa rede em dar mais qualidade de atendimento, olhar com mais carinho e dedicação aquele ser ali que nasce bom e que é dever de o Estado cuidar, e cuidar com dignidade. Por isso, [temos que ter] equipes boas, qualificadas, treinadas, capacitadas. E a minha equipe, graças a Deus, está matando a pau.

 Em Chapecó, temos o Creas I e II que entre os anos de 2012 até 2018 atenderam 1.219 casos em situação de violência psicológica, moral, patrimonial, sexual e física. De janeiro a junho de 2019, atenderam 213 mulheres. Certamente essas que são da rede, as nossas mulheres circulam, né?

Eu gosto muito dos gráficos. Em 2012, foram feitos 28 atendimentos de mulheres em situação de violência; em 2017, 212 atendimentos de mulheres em situação de violência; em 2018, 450 atendimentos de mulheres em situação de violência. Observem que o índice foi subindo. Não é um motivo de alegria, mas eu acho que é um momento em que elas estão procurando. Então, está havendo um envolvimento muito grande, uma preocupação nossa de que elas tenham acesso.

 Aí nós temos a Casa Abrigo Maria Maria para Mulheres em Situação de Violência. Ela é uma casa de acolhida humanizada, qualificada – as orientações estão todas ali. E desde a sua implantação em 2005 até 2018 passaram pela casa 1.374 pessoas.

Olhem aqui *(mostra gráfico)* as mulheres atendidas. A escala foi subindo, o que é melhor, porque se não tivesse serviço, o que seria dessas mulheres, né?

E olhem (*aponta para imagens*) as crianças e os adolescentes que acompanharam a mãe. Isso é assustador também. Olhem lá, 670 crianças, a mãe sempre sai junto.

 Eu falo para minha equipe que a mulher sempre é duplamente vítima porque o agressor fica solto e é a mulher que sai de casa para o abrigo com a criança, uma coisa incompreensível isso, ela que tem que fugir.

 A Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (Dpcami), a gente está tentando justificar nessa rede, a Prefeitura não se omite, ela é parceira. A sede [tem] três assistentes sociais e duas psicólogas para mulher e mais os estagiários, por quê? Porque é papel nosso, porque o Estado não dá para vocês, a Prefeitura, é mãe de todas e ajuda, a gente sabe a grandiosidade do trabalho de vocês e a importância para nós.

 No Tribunal de Justiça tem a Vara Especial Criminal e de Violência Doméstica do Fórum da Comarca de Chapecó. Existe um acordo entre a Secretaria da Assistência Social e o Tribunal de Justiça com a Vara de Violência Doméstica. Quando da decisão judicial que defere as medidas, o Juiz já encaminha para o Creas, para atendimento de grupos para tratamento psicológico e orientação jurídica. E participa também do projeto Tribunal de Justiça Paz em Casa, que vai ter um segundo evento que vai ser bem movimentado, o primeiro foi muito importante. Então ali também a nossa Secretaria é parceira e a gente estimula sempre a participação da nossa equipe. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

E qual é o desafio que temos atualmente para trabalhar na prevenção à violência e potencializar o seu enfretamento, de modo a reduzir os índices de violência e o feminicídio?

 A gente fez essa pergunta à nossa equipe, como fazer? Será que seremos capazes? Então, através da nossa Secretaria, entendemos que é necessária a ampliação do serviço e a implantação de programas que contribuam decisivamente para a construção de uma política pública transversal sobre o tema, fortalecendo a rede de atendimento à violência contra a mulher, de modo que seja possível reduzir os índices de violência. É um sonho. A nossa meta é aquilo que eu tenho falado muito: a prevenção. A gente está em cima da prevenção. Se a gente conseguir prevenir e trabalhar bem, talvez a gente diminua algumas violências. Então, em função disso, nós estamos dando esse apoio nas reuniões. Já foi feito junto com o Conselho, mas, especificamente é meta da nossa Secretaria, buscar os parceiros dentro da gestão municipal, porque há o entendimento de que trabalhar com mulher é só Assistência Social. E eu, conversando com a equipe sempre digo que não, a mulher está em todas as partes das Secretarias, não tem essa de achar que é só a Assistência Social que é responsável.

Nós vamos conversar muito dentro de todas as Secretarias, inclusive na polícia e fora da Prefeitura, para ver o que poderia cada um estar sugerindo de ações em defesa da mulher. Foi muito maravilhoso para quem esta participando diretamente da equipe. Foi e está sendo muito fortalecedor. Então, trabalhou-se nos eixos temáticos, o que já foi falado também, e praticamente não adianta eu repetir. Mas envolve todos esses eixos e depois cada eixo temático terá seus planos para efetivamente se implantar o trabalho. E temos então nos eixos, nessas 60 reuniões, mais de 100 ações formuladas pelas comissões temáticas e aprovadas pelos gestores da cada Secretária: Saúde, Assistência... Foi muito bom. Tem ideias maravilhosas que depois, quando passar pelo crivo do Conselho de Assistência Social de Chapecó, eles vão ter muito trabalho para redefinir.

Então, sobre a elaboração do Plano Municipal, os colaboradores no Plano também estão contemplados. E temos as fotos das Secretárias, fomos registrando (*mostra imagem*), isto fica na história. Daqui a uns 20 anos, 30 anos o pessoal vai se ver mais bonito, mais gordo, mais feio, mas participando.

Também envolvemos a Procuradoria Geral do Município, porque eles é que sabem o que fazer na parte legal e foram discutindo e trazendo [sugestões]. E aí, em função disso, eu gostaria de dizer que durante toda essa construção, nós da Secretária demos um tempo, e com a doutora Sandra e com o Cortina, que é da gerência das políticas, surgiu a ideia de se criar projetos, através da Universidade Unochapecó, da polícia civil e militar e da Ordem dos Advogados. Só para informar vocês, teve varias reuniões de trabalho do Comandante da Polícia Militar, sobre os projetos de comunicações e mídias, com os estudantes da Unochapecó, que fizeram aplicativos, e alguns já tem termo de cooperação com a Prefeitura, o que é muito interessante. Levamos então esse projeto, a convite do Encontro das Mulheres Prefeitas de Santa Catarina. Nós fomos até a Assembleia levar essa informação sobre o Projeto Gibi Maria da Penha, que depois que se a Sandra tiver um tempo e puder falar...

E aí nós, nesses dois anos e meio, estávamos conversando e discutindo muito com a nossa equipe, pensando o que poderíamos fazer para diminuir a violência. Porque se a gente [conseguir], que pelo menos uma mulher possa se salvar a gente já está fazendo alguma coisa. Mas a nossa preocupação é mais como desconstruir essa história, desde sua criação, há séculos passados. E desde quando a criança nasce. Eu tenho a minha neta de três anos e eu olho e digo: “Meu Deus, tomara que ela não precise sair se preocupando que vai ser assediada, ou que alguém vai importuná-la, ou espancá-la, e que ela possa ser ela, livre, com seu colega, menino, amigo, homem e mulher. Mas a história foi construída assim. Por isso estamos colocando para vocês, porque é uma reunião de trabalho, é mais uma reflexão para quem esta ouvindo. Quem sabe vocês procuram uma leitura, porque agora me interessei Sandra, com as frases que vieram aqui e com os autores, porque olha de onde vem, Deputada Marlene, olha só: “A natureza só faz mulheres quando não pode fazer homens.” A mulher é, portanto, um homem inferior.” Sabe quem falou? Aristóteles, filósofo grego, de 384 a 322 antes de Cristo. Ele falou isso. Mas tem outra frase, olha: “As mulheres, os escravos e os estrangeiros não são cidadãos”. Péricles, político democrata ateniense, do século V Antes de Cristo, um dos mais brilhantes cidadãos da civilização grega. Vocês viram? E essa frase então: “O homem, mas não a mulher, é feito à imagem de Deus, daí resulta claramente que as mulheres devem estar submetidas a seus maridos e devem ser como escravas.” Graciano, especialista em Direito Canônico, do Século XII. Agora, a outra é terrível: “A mulher deve adorar o homem como a um Deus.” E olha essa última: “Toda mulher, por nove vezes consecutivas, deve ajoelhar-se aos pés do marido e de braços cruzados perguntar-lhe: Senhor, o que desejais que eu faça?” Zaratustra, filósofo persa do Século VII Antes de Cristo.

Eu quis trazer isso para vocês, porque nós estamos no ápice da liberdade. Porque se eu tivesse falado isso nesses séculos iriam me matar me botariam na forca. Então, eu quero dizer com isso, Deputada, que a gente não pode desistir. Graças a milhares de mulheres que morreram queimadas pela Santa Igreja Católica, que fez tantas atrocidades contra as mulheres, que morreram para nos salvar, morreram para nos libertar.

Então, esse encontro hoje me enche de alegria, ao dizer que acho que nós estamos todos no caminho certo. É fazer o que é possível e, como diz a Deputada Luciana, não achar culpados. Eu só reclamei um pouco da falta de dinheiro, porque estão nos devendo, mas não que nós vamos deixar de fazer o trabalho. Porque graças a Deus temos um compromisso muito forte com o social, com as famílias, Deputada. Para a gente melhorar a vida das famílias, não esquecendo que os bebês que nascem agora tem que ser livres. A liberdade passa pela desconstrução de algumas histórias que vocês homens... Queremos pedir para que vocês não fiquem magoados com a gente, vocês não têm culpa, vocês vieram para ser reis, e nós não. E a história vai ter que ser resignificada, com muita oração, com muito amor e com muitos pedidos. Várias pessoas como nós, tenho certeza, no mundo todo estão fazendo: não dá mais, chega, deu, não pode matar mulher! Vocês viram as crianças ali falando, não pode matar mulher, deu!

Muito obrigada. (*Palmas*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Parabéns Ulda, pelo seu trabalho fantástico e por essa reflexão. Esta tarde está sendo, como em todas essas audiências públicas, e eu sempre digo isso, uma experiência muito importante para mim. Para mim é a primeira vez, sou Deputada pela primeira vez. Essa reflexão, esse grupo que na verdade acaba sendo de trabalho, porque aqui cada um expõe suas atividades, e com essa capilaridade que conseguimos atingir os Municípios e as pessoas com as quais conseguimos falar, e ouvindo aqui essa conversa, eu vejo que temos esperança e nós não vamos desanimar. Não podemos e não temos o direito de desanimar! Nós somos cidadãos brasileiros e somos servidores públicos e a palavra já diz tudo: nós servimos a sociedade e somos pagos por ela. Quem assumiu a responsabilidade de encarar o desafio de assumir uma função pública,tem que buscar diuturnamente soluções, ou pelo menos encaminhamentos para os maiores problemas da nossa sociedade.

E é o que estamos fazendo hoje aqui. Não devia nem estar falando, porque só estou coordenando, mas fico muito feliz porque vejo que vocês estão fazendo aquilo que estamos propondo na institucionalização da rede, que vocês na verdade já a exercitam na prática. E para dar certo precisamos da Prefeitura, do Estado, dos órgãos fiscalizadores, da Policia Militar, da Policia Civil, da sociedade civil organizada, do Judiciário, da Defensoria Pública, da OAB e de todas as representações da sociedade, da Secretária de Educação também é fundamental, tanto a do Estado como a do Município, pois é um círculo que se fecha. Como já foi dito aqui está muito claro que precisamos que este debate seja adotado no currículo da Secretária de Estado [de Educação], para levar vocês para as escolas, para contar suas experiências e para orientar nossas crianças para que elas continuem pensando assim, quando esses meninos se tornarem adultos. Essa lacuna que existe entre esta criança que faz carinho e diz: Não vou bater, não posso agredir uma menina só porque ela é menina. Esta lacuna precisa ser entendida e necessitamos de ações concretas que façam com que esta realidade mude.

Agora passo a palavra para a Vereadora Marcilei Vignatti, representando a Câmara de Vereadores.

**A SRA. VEREADORA MARCILEI VIGNATTI (Chapecó/SC) –** Boa tarde a todos. Deputada Marlene, muito obrigada pelo convite para compartilhar aqui com a Vereadora Astrid, que é minha colega de Câmara, essa representação. Somos 21 Vereadores em Chapecó, só duas mulheres e as duas estão aqui, e talvez essa seja uma das nossas reflexões necessárias: por que as mulheres é que tem que vir para esses espaços para discutir a violência contra as mulheres? Às vezes, fico me perguntando quantas vezes já nos reunimos todos nós aqui, não é Delegado? Doutor Jorge, quantas vezes nós já nos reunimos para discutir a violência doméstica? E essa é uma reflexão que nós temos que fazer. Nós discutimos com quem de fato tem consciência sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres e a gente tem dificuldade de furar o cerco para discutir com quem produz a violência contra as mulheres.

Na Câmara de Vereadores eu tenho algumas experiências que eu quero contar para vocês. A primeira delas é um projeto articulado com a Secretaria de Educação. Eu apresentei um projeto para trabalhar com formação de jovens e adolescentes e me propunha a fazer na rede de educação. A Astrid olhou o projeto e disse: Que tal fazer na Câmara, para sair do espaço da escola, porque no espaço da escola muitas entidades já vêm trabalhar. Ela tinha sido Secretária de Educação e tinha vindo para a Câmara. Fizemos o projeto na Câmara e recebemos, em dois anos, 932 jovens pequenos, que a Secretaria de Educação trouxe da rede de educação para dentro da Câmara de Vereadores, que é um espaço importante também de produção de legislação. E fizemos lá discussões muito importantes com as crianças, porque a gente sabe que os dados apontam que 70% das crianças, cujas mães são vítimas de violência, assistem à violência sofrida pela sua mãe, portanto, eles também fazem parte dessa cadeia de violência.

Fizemos o Projeto Parada Segura, que nos ônibus interestaduais já funciona e aqui [na cidade] também funciona, e garante às mulheres, após as 10 horas da noite e até às 6 horas da manhã, poder descer do ônibus aonde se sentirem mais seguras e não mais onde tem o ponto de ônibus, porque tínhamos incidência de violência contra as mulheres nos pontos de ônibus. Sobretudo relacionados a assédio, mas também tinha casos de estupros. E isso foi uma construção dos Vereadores, depois sancionada pelo Prefeito Municipal. Hoje é lei e está fixada nos pontos de ônibus e dentro dos ônibus e foi uma construção importante. Também, como Vereadora, eu tenho um projeto chamado Vereadora no Trabalho com as Mulheres. Nós trabalhamos aqui em Chapecó com 32 grupos, que a gente atende hoje no mandato. Fizemos discussão sobre violência contra as mulheres e autoestima. Mas trabalhamos também a violência do parto, que é um tema muito importante a ser discutido. Nós temos a violência obstétrica, que acontece, ela é silenciosa, ela não aparece, mas, quando a gente [aborda] esse tema nos grupos de mulheres, é impressionante a quantidade de relatos que se tem de mulheres que sofrem algum tipo de agressão no momento do seu parto no hospital. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*] Então, esse também é um debate importante que fazemos, mas estamos discutindo também alimentação saudável, música, teatro, artesanato.

Eu dizia para a Ulda, ontem, às oito horas da noite, eu e a Secretária Ulda estávamos na Secretaria discutindo como arrumar comida para os imigrantes haitianos, senegaleses e venezuelanos. Já são seis mil que chegaram a Chapecó.

Então, nós temos um desafio grande como Vereadora, como liderança. Eu vejo a Raquel, essa menina aqui, que é Vereadora lá em Águas de Chapecó - nós estamos em várias Vereadoras, aqui, hoje - as Vereadoras se juntaram e a elegeram como Vereadora Presidente da Associação das Câmaras Municipais da Região Oeste de Santa Catarina (Acamosc). E é a segunda vez que fizemos isso. Não teve ideologia, nem partido político, nem nada. Nós dizíamos: nós precisamos ocupar este espaço.

E eu falava para a Ulda, hoje de manhã, que eu brigo para ir para a mesa, lá na Câmara, com o Presidente, e falo assim: Eu quero ir, porque eu quero falar, porque sei que quando falo, defendo ideias que acredito, como esse tema do nosso debate. Eu brigo para vir aqui, ter oportunidade de espaço. Porque é fato, aquilo que se falava aqui antes, o que temos hoje é aqui, com o Jorge, nós somos amigos; o Stang, nós moramos no mesmo prédio. Nós descemos todos os dias e falamos assim: Nós vamos fazer a defesa do enfrentamento à violência.

Agora, eu olho para a Flávia, que está representando aqui a Universidade Federal, e lembro que há poucos dias ela foi lá na Câmara, com um documento desse tamanho, (*mostra com as mãos*) representando o Conselho dos Direitos da Mulher. Um relatório imenso de uma visita que fizeram, e eu estive junto, lá na Delegacia da Mulher, lutando, não é Delegado Wagner, para que saíssemos daquele lugar que não era adequado. E nós víamos nos olhos de quem está lá trabalhando o esforço, não é doutor Stang, para sairmos daquele lugar apertado e ir para um lugar melhor.

Então, acho que tudo que temos aqui nesse Município... Eu sempre falo para a Ulda que eu sou quase da sua equipe, porque eu trabalho com as mulheres. Eu sei o que a Secretaria toda faz, o que eu faço, o que a Astrid faz, o que estamos fazendo, aumentando, reproduzindo, às vezes até se passando, fazendo várias vezes a mesma coisa. Mas é porque eu acredito que isso é uma construção. O enfrentamento à violência é histórico, tudo o que já acumulamos, e foi muita coisa, estão aqui os dados, os números apresentados, mas ainda, neste mês, tivemos uma mulher morta à machadadas. Entendeu? Grávida, dormindo, por seu companheiro, que ele não aceitava que ela tinha se separado [dele]. O que é isso? Isso não é aceitável. Enquanto houver um caso sendo relatado, nós temos que nos reunir em roda, em mesa, em audiências.

Portanto, Deputada, vir nos ouvir para transformar isso em política pública, eu acho fundamental. E a senhora pode contar com todos nós aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Obrigada, Vereadora.

Com a palavra a presidente da Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina (Acamosc), Vereadora Raquel Elma Mohr Steiernagel.

**A SRA. VEREADORA RAQUEL ELMA MOHR STEIERNAGEL (Águas de Chapecó/SC) –** (*Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.*)

É uma alegria tê-las aqui com essa iniciativa de trazer essa audiência pública da Assembleia aqui para Chapecó, e reunir assim todos os nossos Municípios da Acamosc, nós somos hoje 27 Câmaras. As nossas Vereadoras estão aqui. Como falou a colega Marcilei, nós é que viemos, não são os homens, os Vereadores, que vem. É uma luta nossa, do dia a dia, para diminuir essa violência que existe contra a mulher, que é um assunto que nós trabalhamos, e você sabe da nossa preocupação.

Nós tivemos o nosso Encontro das Mulheres Parlamentares lá na Uvesc, em maio. Vocês estavam lá, as Deputadas, também, preocupadas com essa questão. E nós, em cada Município da Acamosc, estamos tentando implantar os Conselhos dos Direitos da Mulher, que a maioria não tem. Se não me falha a memória, de 27 Câmaras, apenas três têm o Conselho dos Direitos da Mulher implantado.

Mas eu gostaria de chamar aqui a Soldado Ana Paula, porque ela foi convidada também, eu a levei para Florianópolis, para falar um pouquinho. Foi rápido, dois minutinhos, para ela falar do trabalho que ela e o Comandante Marcos vêm fazendo no Município de Águas de Chapecó. É válido repassar aqui, porque nós estamos num Município polo e hoje a maioria das nossas Câmaras da Acamosc é de Municípios pequenos. A Ana e a Polícia Militar estão fazendo esse trabalho em Municípios que são um pouco diferentes de Chapecó, porque Chapecó é um polo perto dos nossos Municípios. Então, nós temos esse trabalho que ela vem fazendo lá, e nós estamos em parceria. Vou pedir que a Ana fale aí uns dois minutinhos, porque é muito importante.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** - Com a palavra a soldada Ana Paula Rauber, de Águas de Chapecó

**A SRA. SOLDADO ANA PAULA RAUBER** – Obrigada, Raquel. Boa tarde a todos, boa tarde a todos da mesa. Na verdade, é um projeto que ainda está em fase de implantação, tendo em vista a diferença de uma cidade como Chapecó para uma cidade como Águas de Chapecó. A gente não tem Creas, não tem uma delegacia especializada em atendimento às mulheres. A gente não tem um IGP, que é específico para fazer os laudos de corpo de delito, quando acontece a violência doméstica. Então, a nossa realidade é bem diferente do que é relatado aqui.

O projeto que está ainda em fase de implantação, e que eu estou à frente, é denominado Mulher de Direitos. Nós já fizemos uma reunião em Águas de Chapecó com a Secretaria de Saúde, com a Assistência Social, com os Vereadores e com a Polícia Civil, e já se criou um grupo para fazer esse tipo de acompanhamento com as vítimas. O problema da mulher lá é justamente a falta da denúncia. Nós temos em Águas de Chapecó nove medidas protetivas apenas, mas será que esse é um número real?

Na cidade todo mundo se conhece e o problema é esse. Como é que a mulher vai lá denunciar? O que o vizinho vai falar? O que o amigo vai falar? Todos se conhecem. Então já estamos elaborando um panfleto, que vai ser distribuído pelas agentes de saúde quando fazem as visitas às famílias; a Polícia Militar, quando for receber as medidas protetivas, vai repassar para a assistente social também fazer esse acompanhamento; e para o Conselho Tutelar também fazer o acompanhamento das crianças, porque, como foi colocado [sobre] os meninos no vídeo, em que momento muda isso? O menino que presencia a violência doméstica vai reproduzir o quê no futuro?

Então, as crianças, que são as vítimas indiretas, também serão acompanhadas, e na próxima semana vamos fazer a mesma reunião para a implantação em São Carlos. Mas é um projeto que ainda está engatinhando e que visa justamente os Municípios interioranos, essa realidade do vídeo que foi passado, das mulheres no interior.

Outra ideia que surgiu também: os panfletos serem distribuídos em salões de beleza para as mulheres, pois é um lugar onde a mulher também se sente à vontade. Para ser estimulada a fazer a denúncia, porque ela vai ter toda uma rede que vai apoiar também. Além disso, nos grupos de mulheres do interior, já estamos indo também explicar o que é a violência doméstica, porque na ideia delas é apenas a agressão física. Nós estamos indo junto com a assistente social e com a Secretaria de Saúde nas reuniões que elas fazem nos grupos. E a Polícia Militar está indo fazer essa explicação também. É justamente uma rede, porque sozinho não se faz nada. Mas é uma rede, um grupo que está sendo criado para o atendimento específico da violência doméstica nas cidades menores, nessas cidades do interior que não tem tanto amparo como nas cidades maiores. (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** - Muito obrigada. Com a palavra a senhora Flávia Durgante, representando o Reitor em exercício da Universidade Federal da Fronteira Sul, Antônio Inácio Andrioli.

**A SRA. FLÁVIA DURGANTE** – (*Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.*) Eu quero compartilhar duas experiências da UffS e também deixar uma reflexão aqui sobre o nosso papel enquanto instituição federal de ensino, que está aqui em Chapecó e em mais cinco cidades, tanto do Rio Grande do Sul quanto do Paraná. Na UffS, claro que a temática da violência contra a mulher está dentro da Universidade o tempo todo, seja nos projetos de extensão, seja nos projetos de pesquisa, seja nos trabalhos de conclusão de curso. Esse é um tema sempre recorrente em todos os cursos de graduação, nos mestrados, nas especializações.

Além disso, a UffS tem o Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello, que atua não somente no seu papel principal, que é o da busca pelas denúncias, o acolhimento das vítimas e o acompanhamento dessas denúncias, mas também promove uma coisa que acreditamos ser muito importante, que é a formação dos eventos, desses encontros, para proporcionar o debate sobre o tema, que é o que estamos fazendo aqui.

Além do CRDH Marcelino Chiarello, nós temos, no *Campus* Chapecó, o Grupo de Trabalho de Prevenção e Enfrentamento às Violências de Gênero e Sexualidade, o GTPevi, que é coordenado por mim lá no *Campus*, em que a gente atua especificamente com os servidores da Universidade e com os estudantes, para enfrentar essas violências dentro do espaço da Universidade. Por quê? Porque nós sabemos que em uma sociedade machista e patriarcal em que vivemos, o que acontece na sociedade vai acontecer dentro do espaço da universidade também.

Então, é ilusório achar que as universidades e as escolas estão livres do machismo, que estão livres das práticas de violência, porque elas não estão. E aí, a universidade tem que ter métodos e instrumentos para coibir essas violências. E claro que a gente trabalha muito mais numa linha de educação, de educar essas pessoas para a igualdade de gênero, do que punir ou expulsar da universidade, enfim. Claro que, se há casos graves, obviamente outras medidas têm que ser tomadas, mas muitas coisas se resolvem no âmbito dessas discussões, dos trabalhos de formação, do diálogo, etc.

E aí, eu queria fazer uma reflexão. São duas coisas que eu apresento que são instrumentos que a universidade tem para enfrentar a violência contra a mulher. E eu queria dizer para a Secretária Ulda que fiquei muito feliz com seus *slides*, enquanto Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher aqui de Chapecó e como pesquisadora, mestre em Geografia, que trabalhou o tema da violência de gênero na educação, e ainda trabalho muito com essa perspectiva histórica da violência contra a mulher, que é mostrar que esse é um problema histórico e cultural. Isso vem de longa data, e a gente parte sempre, quando fala de violência contra a mulher, dos dados e das estatísticas daquilo que já ocorreu. E a gente não se debruça para entender de que forma essa violência acontece, por que ela acontece e em que bases culturais a nossa sociedade está calcada. E também para [entender] porque a sociedade faz os homens acreditarem que são melhores do que nós, que são os nossos donos e que, por isso, podem fazer o que quiserem com nós mulheres.

Então, para mim, e tenho certeza que para a Universidade Federal também, que aqui eu represento, a melhor forma de prevenir a violência contra a mulher é a educação. E a educação é estar nas escolas. A gente não pode mais fugir e se furtar de fazer o debate de gênero nas escolas. A gente precisa fugir dessa falácia que foi criada a respeito da ideologia de gênero, que só fez criminalizar todas as pessoas que querem trabalhar com esse tema de forma estrutural na educação. Infelizmente, nós tivemos, inclusive aqui em Chapecó, o [tema] gênero retirado do Plano Municipal de Educação, como tivemos no Estado e em diversas cidades de Santa Catarina e do Brasil. Eu digo isso porque gênero é uma categoria de análise científica, que precisa estar dentro dos debates. É trabalhando sobre gênero e sexualidade que nós vamos discutir respeito, igualdade, que nós vamos discutir equidade de direitos. É com esse debate.

Então, eu fico ao mesmo tempo feliz quando vejo tantos projetos sendo desenvolvidos na área da educação, e ao mesmo tempo tão triste de ver que estruturalmente nós não temos esse debate. É muito fácil jogar esse debate nas costas dos professores, das escolas e das outras entidades, para que façam essa discussão por conta própria, porque sentem necessidade e porque, tanto nas escolas quanto nas universidades, se tem esses casos de criança que viu o pai matar a mãe, de pai que bate na mãe, e que bate nela inclusive. E o *bullying* sobre a orientação sexual das outras crianças, etc. E aí tem que fazer por conta [própria], porque o Estado não dá o instrumento necessário, que é a formação, que é a liberdade do professor estar discutindo essas temáticas dentro da escola. E por vezes aceita a opressão de membros religiosos, de gente que não concorda e até de políticos, que vão lá na escola fazer opressão e enfrentamento contra esses profissionais.

Então, se eu puder fazer um pedido para a senhora, que é Deputada, e para todas as pessoas que têm alguma autoridade, é que façam isso: repensem e coloquem de volta nos nossos planos educacionais a temática de gênero, porque nós podemos ter a melhor lei, os melhores policiais e um efetivo imenso, mas enquanto estivermos prendendo trinta agressores, nós estaremos deixando se criarem mais cinquenta, porque a gente não discute esses temas. Queria agradecer muito e dizer que a Universidade Federal da Fronteira Sul está à disposição de todos e todas para fazer esse debate e esse enfrentamento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** - Muito obrigada Flávia. O Doutor Stang quer fazer algumas considerações, tem alguns dados para colocar e complementar as informações da doutora Patrícia. Com a palavra o Delegado de Polícia Civil da Delegacia de Polícia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso, Dpcami, de Chapecó, José Airton Stang.

**O SR. DELEGADO JOSÉ AIRTON STANG** - Boa tarde Marlene, em seu nome cumprimento a todos os demais membros da mesa. É uma satisfação poder falar um pouco pela Polícia Civil, complementando a fala da doutora Patrícia. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Eu trabalho em Dpcami já há mais de sete anos. Já trabalhei na Dpcami de São Miguel por seis anos. A partir do ano passado assumi a Dpcami de Chapecó, através de um processo promocional e, como disse o doutor Wagner, nós temos que nos identificar um pouco com problema e eu me identifico. Desde 2004 eu participava de um grupo que discutia o tema da violência intrafamiliar, que vai além da violência contra a mulher, implica na violência contra crianças, adolescentes e também idosos, que são as categorias de pessoas vulneráveis, que fazem parte de uma família. Eu costumo dizer que a nossa delegacia é a delegacia da família, porque são os dramas das famílias que passam pela nossa delegacia, e que vão além da violência contra a mulher.

Sempre é muito desgastante lidar com esse problema, porque nós sabemos que a família é a célula *mater* da sociedade. Se você matar a célula, matar a família está matando a sociedade como um todo e isso é bem delicado. O Brasil, no que tange a mulher, é o quinto país que mais mata mulheres no mundo. Nós vivemos um flagelo nacional. Em torno de 4.700 mulheres são mortas por ano, 13 por dia, e isso é aproximadamente uma [mulher] a cada duas horas. É uma estatística estarrecedora para um país que quer ser desenvolvido. Aqui em Chapecó, os números assustavam. Eu confesso que quando [soube] pela imprensa, em 2017, de sete feminicídios, eu achava um número alarmante. Porque durante 6 anos eu fiquei em São Miguel e foram dois feminicídios. Houve casos também que não passaram pela delegacia. Portanto é difícil de prever, mas eu penso que, se passar pela delegacia, a maioria passa pelas mãos da polícia e, se houver a tragédia, o Estado falhou. Seja a polícia ou o Poder Judiciário, que às vezes indefere uma medida protetiva. Nós tivemos uma tragédia na cidade de Cunha Porã, há uns dois anos, que foi amplamente divulgada. Três irmãs foram mortas e teve uma medida protetiva indeferida pela Justiça. Então essa discussão é necessária, com todos os setores envolvidos, todas as autoridades competentes. Até lamentamos que o Poder Judiciário e o Ministério Público também não estejam presentes, porque eles são atores fundamentais nesse processo de enfrentamento da violência contra a mulher. Aqui em Chapecó, felizmente existe. Não estão presentes, mas percebemos que existe uma sensibilidade grande por parte dessas instituições, Ministério Público e Judiciário. Isso tem sido muito profícuo na efetivação das medidas protetivas. No ano passado foram quase 700 medidas protetivas encaminhadas ao Poder Judiciário, a maioria deferida. Isso é o que tem garantido esse número, essa redução dos feminicídios e uma garantia de maior qualidade de vida das mulheres.

Mas nós sabemos que o fenômeno da violência contra a mulher está muito em evidência por conta de uma revolução cultural que está acontecendo. Nossa geração está vivenciando essa revolução. A emancipação da mulher é algo sem volta no mercado. Em todos os setores, em todos os ambientes, e nós homens, falando pelos homens, não fomos educados para essa igualdade e muitas mulheres também não. Nós estamos vivenciando esse momento e, portanto, há um tensionamento muito grande nos relacionamentos. Nesse aspecto, é necessário que haja a compreensão desse fenômeno, e digo não só por parte do homem, mas da própria mulher.

 O direito da mulher à liberdade se perdeu um pouco. Eu vou dar um exemplo de uma situação que me chama atenção, até tenho conversado cotidianamente com a Diana, que é psicóloga policial, para entender do ponto de vista psicológico, e ela como profissional, acaba contribuindo. Os psicólogos falam bastante de um tema que é a elaboração dos problemas. Todos nós temos problemas pessoais, familiares, profissionais e sociais enfim, e todos nós precisamos de um tempo para a elaboração desses problemas. Uma separação, um término de relacionamento é um problema, é uma perda que gera um luto, tal qual a morte de alguém e muitas vezes é necessário que haja esse tempo. O que nós percebemos é que a pessoas, especialmente os homens, não aceitam. Não sei se foi a Deputada Marlene ou a Deputada Luciana que falou o que é uma realidade: uma mulher abandonada por um homem, o que ela faz é se reunir com uma amiga, chorar, entrar em depressão e o problema, o sentimento dela para por aí. O homem abandonado tem a ideia, muitas vezes, de uma vingança. Foi o que aconteceu aqui em Chapecó na semana passada. Parece que é só eliminando essa mulher para ele conseguir resolver aquele problema. O homem não aceita. Isso é fruto do machismo, do patriarcalismo que vigora na nossa sociedade.

Mas o que eu quero dizer é que, nesses términos, muitas vezes as mulheres precisam também contribuir. O que eu vejo é o tempo da elaboração de uma separação. Vou dar um exemplo que pegamos na Dpcami: casais com 15 a 20 anos de convivência, com filhos pequenos, muitas vezes e a mulher quer a separação. Tudo bem é pleno direito dela. Mas não se dá o tempo para que o homem elabore aquela perda, nem ela e, às vezes, nem os próprios filhos. São casos que, particularmente, pela experiência já adquirida, percebemos que são os casos mais delicados, mais sensíveis e que podem evoluir para uma tragédia. Ou seja, pede a separação em uma semana e – parece que as pessoas perderam um pouco essa noção – e na semana seguinte já está livre para fazer o que quiser. Existe o conceito social e moral, que todos são restritos a ele, faz parte da imagem das pessoas e é isso que gera o tensionamento.

Aqui em Chapecó percebemos que existe um machismo bastante enraizado, cultural, e isso às vezes dificulta. O nosso trabalho é exatamente um bom aconselhamento. Nós temos assistentes sociais e psicólogas que muitas vezes orientam as mulheres nesse sentido. O direito delas será assegurado, mas elas podem também contribuir nessa mudança, ou melhor, reduzir o risco para ela própria.

Outro exemplo que temos usado bastante é que a principal fiscal das medidas protetivas é a vítima. Se ela não denunciar será difícil o Estado chegar a tempo para salvá-la. Então, é necessário que, diante do primeiro descumprimento das medidas protetivas, ela faça a denúncia para que possamos agir, para provavelmente pedir a prisão do agressor, porque é a única forma de desencorajá-lo de prosseguir nas ameaças e nas perseguições. Isso tudo tem colaborado com as informações da Polícia Militar, dos policiais que atuam na Rede Catarina e tem ajudado a manter esses números bastante aceitáveis. Um feminicídio em seis meses em Chapecó, e mais de um ano sem feminicídio, acho que é um número aceitável para uma cidade desse porte, mas a ideia é zerar mesmo, e nosso esforço tem sido nesse sentido.

Eu quero aproveitar para agradecer a Vereadora Marcilei, que esteve na Dpcami, na nossa estrutura anterior, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a OAB, a doutora Sandra e todas essas entidades que estiveram lá também, porque nós percebemos que elas contribuíram enormemente para que possamos estar nesse novo ambiente.

O que eu posso dizer é que toda a equipe, agora com o doutor Estevão fazendo parte da nossa equipe, deu um *up*, uma motivação a todos os policiais e colaboradores da Dpcami. O espaço é muito aprazível e estão todos convidados a nos visitar, fica bem no Centro. Isso tudo irá reverter em uma melhora gradativa no atendimento às mulheres aqui em Chapecó sem sombra de dúvida. Seja eu ou os outros profissionais que irão trabalhar, não tenho dúvida de que o espaço propicia o atendimento adequado. No espaço anterior, embora houvesse vontade e sensibilidade por parte dos profissionais que lá estavam não havia um espaço físico adequado. Por exemplo: para garantir a uma vítima que vai para a delegacia com o olho roxo, com hematomas no rosto, que não fique exposta no *hall* de entradaesperando para ser atendida, enquanto outras pessoas ficam olhando e constrangendo com os olhares. Hoje nós temos um espaço para acolhê-la e retirá-la dessa situação vexatória, e isso só foi possível realmente por essa conquista.

Por fim, quero dizer que nós continuamos tentando, juntamente com as demais entidades, Policia Militar, Ministério Público e Poder Judiciário, trabalhando nesse enfrentamento da violência contra a mulher, que sabemos que é um flagelo nacional e que envergonha o País. O Brasil apresenta uma estatística pior do que muitos países pobres africanos no que tange ao desrespeito contra as mulheres. Mas é uma evolução cotidiana. A Lei Maria da Penha foi uma revolução muito grande. Eu trabalhei por mais de dez anos sem essa Lei, e nós percebemos o drama que era para nós policiais quando uma mulher pedia uma proteção e não tínhamos os instrumentos legais. Ela pedia para que nós déssemos um susto no autor, porque não havia outro instrumento. Isso não era possível. Nós temos nossas limitações, poderíamos incorrer em abuso de autoridade. Hoje nós temos um instrumento que é a Lei Maria da Penha, que são as medidas protetivas de urgência aplicadas. Aqui em Chapecó, elas são encaminhadas no mesmo dia, embora tenhamos 48 horas de prazo, a Justiça tem mais 48 horas de prazo para decidir, mas tudo tem sido praticamente no mesmo dia, em algumas horas. Se a mulher chegar ao início da tarde na Dpcami, até o final da tarde provavelmente a Justiça já apreciou e deferiu as medidas. Essa efetividade é que tem garantido maior tranquilidade, maior segurança para as mulheres de Chapecó.

Agradeço a oportunidade e boa tarde a todos. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** – Muito obrigada, doutor Stang.

Com a palavra a senhora presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica da OAB/Subseção Chapecó, Sandra Fagundes.

**A SRA. SANDRA FAGUNDES** – Boa tarde Deputada Marlene, e cumprimentando a Deputada já cumprimento todas as autoridades que fazem parte da mesa, e todos os presentes e em especial as mulheres, porque estamos hoje aqui discutindo políticas para o enfrentamento da violência contra a mulher e para a prevenção. É nesse sentido que quero compartilhar com vocês – acredito que muitas das pessoas que estão aqui já conhecem – o projeto primeiramente desenvolvido pela OAB, na época pela Comissão da Mulher Advogada, e posteriormente sob a égide, hoje, da Comissão de Combate e Prevenção a Violência Doméstica. Nós temos hoje na OAB uma comissão que se preocupa também com essa discussão, esse enfrentamento e essa prevenção.

Eu quero compartilhar com vocês, e também tentando responder humildemente, Marlene, aquele filme que foi passado inicialmente, daquelas crianças. Em qual momento da vida dos filhos acontece de eles ficarem violentos e por quê. Nós estamos aqui falando sobre violência doméstica, sobre o feminicídio, porém, isso já está tão banal, já tão naturalizado, que, muitas vezes, esquecemos que estamos falando de uma violência familiar. É uma violência que acontece no bojo da família, que é onde os seres humanos deveriam aprender conceitos de amor, de respeito ao ser humano e é nesse aconchego, onde deveria ter a prevenção, a proteção, no ninho mesmo é que acontece. Mas como que esse ser humano se transforma em uma pessoa violenta? Foi dito aqui pela Deputada Luciane, que o crime de violência contra a mulher é diferente. Porque não é um crime de roubo ou de furto. Se eu tive meu celular ou meu relógio furtado, imediatamente vou à delegacia fazer o Boletim de Ocorrência, e inclusive o reconhecimento do mal feitor, do agressor. Não, a violência doméstica é praticada por quem? Por quem nós, mulheres, depositamos confiança, com quem temos a nossa intimidade compartilhada e é justamente nesse ambiente em que temos os filhos juntos.

Eu pergunto aqui a cada um de nós, homens e mulheres: nós casamos, nós vamos morar junto para quê? Para nós termos uma família, um companheiro e sempre acreditamos que quando isso acontece é para sempre. E aí, quando vem a violência, como já foi dito aqui - tenho pouco para falar sobre isso, já foi dito tudo - é que a mulher se depara e vem todo aquele emaranhado de ameaças, como disse a Deise. Não fazem o Boletim de Ocorrência por quê? A policial de Águas de Chapecó também comentou, porque tem vergonha da sociedade, por ameaças, porque o marido ou o companheiro ameaça não pagar a pensão alimentícia, que ela não tem direito a nada e que ainda nos dias de hoje existe o crime de abandono do lar, que ela saindo da residência não terá direito a mais nada,

Os filhos, como já foi mostrado pela dona Ulda, já passaram durante esse período de vigência lá da Casa Abrigo, mais de 700 crianças, juntos com suas mães. Aí perguntamos, doutor Airton: quando a mulher chega à delegacia e vai registrar uma queixa de violência doméstica, mas o pai não é agressivo com os filhos. Essa violência vai ou não refletir contra os filhos? Porque é dali que eu entendo que a violência se reflete. Porque a mãe recebe as mais diversas formas de violência, psicológica, moral e sexual. Violência sexual de marido contra a mulher existe, o doutor Stang sabe disso. Na delegacia a Diana atende casos também. Ainda em pleno Século XXI, depois que a senhora mostrou os *slides*, dana Ulda, temos atrocidades praticadas no âmbito familiar.

Eu quero diminuir minha fala para passar um vídeo, que trata do que é meu objetivo aqui explanar, essa experiência de um Projeto Educacional. Porque o que quero compartilhar com vocês não foi um projeto tão simples e também não teria menos valor, mas quero dizer que é por isso que este projeto já está longe, anda pelo Brasil. Ele já está no Prêmio Innovare, foi o Projeto Gibi Maria da Penha na Escola. *[Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva]*

Ele não foi construído de ontem para hoje ou em dois meses, em três meses, não. Foi um projeto construído, Marlene, de ouvir os alunos nas escolas, um projeto coletivo, em que foram colocadas as falas, as perguntas, as dúvidas deles nesses Gibis.

Eu sempre digo que nesse projeto e nesse trabalho que fazemos com as crianças e os adolescentes nós aplicamos a metodologia do afeto. Por quê? Estamos falando aqui de diferenças, né, de alcance do princípio da igualdade, que desde 1988 nós temos na nossa Constituição Federal, mas que até hoje os números de registros, os números do feminicídio, como foi dito aqui pela Deputada e pela moça do Ministério Público, R$ 524 milhões gastos somente com violência contra a mulher.

Então, ele foi... a gente chega aqui e cada um pensa diferente. Por exemplo, tem a minha colega Viviane, tem a doutora Loiva, que também é minha colega, a Viviane é loira, mas eu sou a morena. A gente chega na sala de aula, e o que vemos? A maioria dos alunos... eu vou compartilhar com vocês − a Marcilei, que trabalha com alunos, a Flávia falou que trabalha também e mais pessoas aqui trabalham com seres humanos −, a gente chega lá e a maioria deles, o que eles são? Eles ainda têm... eles aprenderam na família, acham que é com a violência que se combate a violência, que não é com o diálogo, com a reflexão e que eles têm o direito, sim, que a mulher merece, eles dizem. E o que a gente vai falar? Temos que ter jogo de cintura, mais no popular, a conscientização que eles não pensam como nós, porque tem todo um entorno familiar. Temos essa visão, mas eles não têm. Então, temos que trabalhar e dialogar com eles de modo que reflitam para que sejam nossos parceiros, né, doutor Wagner, a parceria. Então, nessa simples história, Marlene, o que a gente estabelece? Uma parceria com os alunos, com meninos e meninas para que eles reflitam e sejam os multiplicadores do conhecimento.

Eu nem vou passar aqui os depoimentos, temos todo um legado, né, para justificar esse projeto junto à OAB. Desde 2015, quando ele foi apresentado, primeiramente, pela doutora Patrícia, depois veio o doutor Tito e agora o doutor Thiago... toda diretoria da OAB apoia esse projeto que não é somente da OAB. Nós temos esse vídeo que vai mostrar uma parceria, doutor Wagner, que nós temos com a Prefeitura, com a Unochapecó, que colaboraram para a criação dele. Então eu acredito que o vídeo vai mostrar melhor o projeto, esse não tem custos para quem quiser reproduzi-lo. Nós cedemos a arte e o vídeo estará disponível gratuitamente numa página da Prefeitura, né, Cortina, que também é outro projeto que a dona Ulda já falou aqui.

Então gostaria de passar o filme e agradecer, desde já, a oportunidade. Um último requerimento, Marlene, um sonho que a gente tem é que esse projeto − já chegamos bem longe com ele − seja transformado numa ferramenta, num projeto de lei, que seja institucionalizado no Estado, no Município, por um projeto de Lei.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Procede-se à execução do vídeo Gibi Maria da Penha na Escola.*) (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito Bom.

Com a palavra a senhora presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/Chapecó, Loiva Cecília Dal Piva.

**A SRA. LOIVA CECÍLIA DAL PIVA** — Boa tarde, senhores.

Primeiramente quero cumprimentar a Deputada pela excelência na condução dos trabalhos.

Senhoras e senhores, depois de ouvir tantas falas, tantos números, a citação de tantos fatos, tantos propósitos, tantos projetos, o relato de tantas ações que estão acontecendo em Santa Catarina, eu acho que mais do que a esperança nós temos a certeza de que no nosso Estado, efetivamente, estamos trabalhando para resolver o problema da violência contra a mulher.

A OAB, mais do que compromissos constitucionais, ela tem o compromisso, com os direitos humanos, de estar nessas comissões, especialmente, nessas voltadas a defesa da mulher em situação de vulnerabilidade. Quando falo em vulnerabilidade, eu quero falar dessa mulher que não tem condição de resolver o seu problema, diretamente, indo com o seu advogado na Delegacia ou no Fórum e ter a solução imediata. Eu falo dessa mulher que precisa da assistência e da assessoria de todas as entidades governamentais, ou não, que possam auxiliá-la. E nesse objetivo, a subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, aqui de Chapecó − que tem na presidência o doutor Thiago Degasperin, inclusive, ele agradeceu o convite −, formou duas comissões voltadas à mulher, a nossa subseção foi a única.

Nós temos a Comissão de Combate à Violência Doméstica presidida pela doutora Sandra, que já falou e vem atuando positivamente, efetivamente na comissão. Temos a Comissão da Mulher Advogada que defende a mulher advogada, porque ela além da violência doméstica − e como sofre e passa vergonha por isso − sofre a violência no trabalho. Hoje nós somos mais mulheres advogadas do que homens advogados e há um conflito em razão disso. Nós sofremos todas as violências sociais que todas as mulheres sofrem, independente da profissão que exerce. Então nós temos essa Comissão. Mas, mais que a própria advogada, o nosso objetivo é defender todas as mulheres, além das violências domésticas que elas possam sofrer. Para isso, nós temos vinte advogadas voluntárias nas duas comissões, que estão à disposição da comunidade das Prefeituras, das Câmaras, das instituições. Nós queremos fazer parte dessa rede, voluntariamente, e atuar ao lado dos senhores no combate a violência contra a mulher.

Então, por favor, usem a OAB, busquem a OAB, nós queremos trabalhar com os senhores nesses temas. Nós nos voluntariamos, porque nós temos esse compromisso enquanto advogadas, enquanto mulheres, enquanto mães e avós. Nós queremos para os nossos filhos e para os nossos netos um mundo de igualdade e de respeito. Por isso, estamos aqui e por isso estamos à disposição. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Com a palavra a senhora Assistente Social da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc), Marlete Bruschi Weschenfeldel.

**A SRA. MARLETE BRUSCHI WESCHENFELDEL** — Obrigada Deputada, obrigada a todos.

Para encerrar, eu gostaria só de complementar a fala de todos, pedindo apoio aos Municípios, em especial, para olhar para os Municípios de pequeno porte.

Os Municípios de pequeno porte, sim, realizam as atividades de combate à violência contra a mulher, mas a gente precisa do apoio − além do Ônibus Lilás que vem da Coordenadoria Estadual da Mulher, que diante dessa reforma administrativa a gente não sabe nem se permanece, ou não − técnico de profissionais do Estado, que venham capacitar os Conselhos Municipais das Mulheres existentes nos Municípios. A gente precisa − que pena que a doutora Cibelly não está mais aqui, mas que levem o recado a ela −, por quê? Porque temos Municípios, aqui na região oeste, com 1.286 habitantes e que acontece violência contra a mulher. E como disse a policial Ana Paula, de Águas de Chapecó, essa violência é velada, porque essa pessoa que foi violentada, ela conhece os 1.285 moradores e ela não vai denunciar. Ela não vai denunciar, por quê? Ao passo que ela vai ao CRAS denunciar, onde ela vai ser acolhida? Tem uma casa abrigo nesse Município de 1.286 habitantes? Para onde vão os filhos? Esse Município de 1.286 habitantes tem um Creas? Não tem! Temos Municípios com mais de 200 mil habitantes que tem uma estrutura, que tem uma casa abrigo totalmente mantida com recursos públicos municipais. Ao passo, que a Doutora Cibelly colocou que o orçamento do Estado de Santa Catarina repassado para assistência social é de 0,4%, em atraso. Não sabemos se os Municípios e o Estado de Santa Catarina vão receber recursos para investir em ações voltadas para a política de assistência social, que dentre elas, não está previsto ações destinadas ao combate à violência contra a mulher, do Ministério da Cidadania, nós não recebemos recursos no ano de 2019. E no ano de 2018, temos em atraso, todas as parcelas de recursos para ações voltadas na política de assistência social. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

Então toda essa falta de investimento na base vai recair em algum local, que é na violência. O CRAS não vai ter como atender, o Creas não vai ter como atender, as políticas públicas não terão como atender e daqui a pouco se não tiver investimento nelas, terão equipamentos que serão fechados. Então, como que vai ficar o acompanhamento para as políticas públicas? Essa é a nossa preocupação nos Municípios, eles estão trabalhando dentro da sua dificuldade e da sua realidade, o trabalho está sendo feito em rede. Estamos trabalhando, mas precisamos do apoio além dos limites dos Municípios, e o Município precisa de recursos.

Obrigada. (*Palmas.*)

**SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Com a palavra a Vereadora de Chapecó, Astrit Tozzo.

**A SRA. VEREADORA ASTRIT TOZZO** — Boa tarde a todas.

Eu gostaria de fazer algumas considerações que eu acho que são importantes, Marlene e todos que estão hoje neste momento tão importante.

Algumas questões me preocupam, são temas que junto com Marcilei, a doutora Sandra que está aqui, nós já estamos discutindo isso há muito tempo. Eu meu preocupo um pouco com a morosidade de todos esses projetos, acho que precisamos de mais agilidade para realmente diminuir os índices. Nós, às vezes, falamos bastante e eu acho que as ações, de repente, precisam ser mais atuantes, mais firmes. Acredito também que é o que a Ulda coloca nessa questão do orçamento, nós temos que garantir alguns orçamentos nas políticas públicas de prevenção à mulher, por meio de leis, não sei, nós temos que achar um caminho. Eu vejo essas dificuldades com os Municípios pequenos, claro, que os grandes também têm da mesma forma dificuldades, porque os problemas são paralelos. Enfim, nós nos preocupamos muito com essa questão financeira e eu digo que sem dinheiro nós não fazemos nada, nós sabemos disso, somos gestores públicos, pessoas públicas, temos esse entendimento bem claro, se não tivesse o dinheiro da Assembleia nós não estaríamos aqui hoje, é muito simples.

Outra coisa que me preocupa, de todas essas ações, gostaria de deixar uma sugestão na questão legal para nós pensarmos em uma forma de amparar essa mulher financeiramente depois que ela foi agredida, depois que tudo isso aconteceu, dar um encaminhamento para essa mulher ser independente financeiramente, pois ela precisa trabalhar. Um dos grandes motivos da mulher não denunciar a sua agressão, é justamente esta, como é que vou sustentar os meus filhos? Porque é a mulher que leva os filhos, o homem continua trabalhando, continua dentro da casa e continua com seu dinheiro mensal, uma vida normal, mas a mulher, não, ela vai para a rua com os seus filhos, sem dinheiro ou volta para o agressor, pois ela precisa dar comida para os filhos. Nós precisamos arrumar uma maneira de como fazer isso, por meio talvez de um financiamento mais barato, não sei, existem tantos financiamentos, por exemplo, o sistema S, Marlene. Acho que nós temos várias instituições que podem colaborar nesse momento, porque estamos avançando em vários processos, mas não vamos finalizá-los e nós precisamos disso. Acho que essa minha é a minha contribuição.

Parabéns a todos e contem sempre comigo.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Obrigada, Astrit.

Com relação à questão do orçamento, acho que realmente tem que ser uma política pública e tem que ser uma decisão política do governo, tanto do governo federal, quanto do governo estadual, se isso é importante ou não. O que nós, enquanto Deputados, podemos fazer? Administrar, brigar, buscar, pedir e isso nós já estamos fazendo. Nós enquanto bancada feminina − a Deputada Ada, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a Deputada Luciane Carminatti e a Deputada Paulinha − estamos conversando inclusive com a Secretária da Assistência Social e também com o Secretário da Casa Civil, no sentido de buscar alternativas para que possamos ter recursos. Uma das alternativas, que eu sugeri inclusive, é que se a Assembleia Legislativa for devolver os recursos para o Estado, que eles sejam destinados para os Municípios, para as Secretarias de Assistência Social, para que eles sejam aplicados concretamente em ações para a defesa da violência doméstica. Só que isso é uma decisão de duas partes, primeiro da Assembleia Legislativa de efetivamente devolver o dinheiro, ver com bons olhos, e consignar já no orçamento essa rubrica específica, para que efetivamente esse recurso seja aplicado; e também precisa da anuência do Governador, para que quando esse recurso chegar ao governo do Estado, ele efetivamente seja aplicado nisso. Mas é uma discussão que já estamos fazendo e acredito que vamos ter sucesso. Só não gosto muito de falar, porque caso depois não dê certo, nós criamos uma expectativa e ela pode não se concretizar, então, só para deixar claro que esse encaminhamento está sendo feito.

Eu tive uma audiência na terça-feira com o presidente do Badesc, mais uma vez, falando sobre isso, porque eu também acredito nisso. Resolver não vai resolver, mas eu acho que para termos um bom encaminhamento desse assunto, nós precisamos da conscientização da sociedade como um todo, porque essa é uma questão cultural da nossa sociedade, especialmente em Santa Catarina onde nós temos uma cultura machista muito grande e não temos coragem de falar sobre isso, mas nós precisamos falar. Nós precisamos da educação, precisamos que a rede de ensino municipal e estadual trate, sim, e discuta este assunto, para que as nossas crianças continuem sendo essas crianças que abraçam, que os nossos meninos continuem sendo os meninos que abraçam as meninas pequenas e que no futuro continuem fazendo isso e não batam ou matem elas; que as estruturas das polícias, tanto Militar e Civil, sejam estruturas, como são as daqui, integradas que trabalham em conjunto e humanizadas com espaços adequados para atender essa mulher; que as Prefeituras por sua vez tenham condição de ter espaços para que essa mulher seja acolhida quando precisar, porque ela sai de casa vítima de violência e vai para onde? Como disse uma dessas mulheres no vídeo, principalmente em cidades pequenas que todos a conhecem, onde é que ela vai? Na casa do vizinho, na casa do Prefeito, na casa do Padre? Onde é que ela vai? Se esse Município não tem condição de ter um espaço, porque não constituir consórcios, eu digo consórcios, porque é o modelo, o formato, mas pode ser outro nome, outra forma, mas que se juntem cinco Municípios, seis Municípios, cada um com um pouco e que eles consigam ter um local para essa mulher ser abrigada, ser acolhida.

Também em regime de parceria se faça... já estamos conversando com o Senac, com o Sesc, para que qualifiquem essas mulheres, que elas possam ter autonomia financeira, qualificação, para depois serem inseridas no mercado de trabalho. Nós conversamos com o Badesc, para que ele disponibilize uma linha de crédito para que essas mulheres tenham prioridade caso queiram empreender, tenham uma linha de crédito à disposição para que elas possam ter um dinheiro, por menor que seja, mas um valor mínimo, para iniciar um empreendimento. Além disso, criar uma parceria com a iniciativa privada, para que ela dê prioridade, quem sabe até um incentivo fiscal para essas empresas, para as mulheres vítimas de violência doméstica, quando forem fazer a contratação do seu pessoal.

Então existem formas de se fazer e essa rede que a gente propõe é isto, que a gente una, que a gente faça uma corrente com todos os elos para que ao final tenhamos desde a conscientização, a educação nas escolas, o atendimento adequado − ou quando essa mulher é atendida − até a sua qualificação, quando necessário, e a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, que o Estado seja como um fomentador dessas ações. O Estado tem que ser um estimulador dessas ações, se não tem dinheiro, então, que se busquem alternativas.

 Confesso que quando iniciei essas audiências públicas eu tinha conhecimento dos números, mas quando você vai conversar com quem efetivamente desenvolve as ações, você vê que os números são muito pequenos diante da realidade e vejo mais ainda a responsabilidade que todos nós temos, servidores públicos ou não, de fazermos a nossa parte. Eu acho que ao final dessas audiências quando fizermos o seminário, colocando as ações − a Deputada Ada também vai fazer a frente parlamentar −, e constituirmos, oficializarmos essa rede com um grupo de trabalho atuando constantemente, acho que nós começamos a fazer o trabalho de vocês repercutir, ser compartilhado, ser visto, porque nós precisamos mostrar as boa ações, e isso é outra coisa que falo muito, temos uma tendência de mostrar o que está errado. Nós precisamos mudar isso, mudar o nosso comportamento e mostrar quem faz coisas boas, quem faz bem feito, mostrar o servidor público que é um bom servidor, o empresário que tem boas ações sociais que é um bom cidadão e um bom empreendedor, tem muita coisa para se fazer. Acho que essa discussão que estamos fazendo é mais uma ferramenta para que consigamos mudar essa triste realidade do Estado de Santa Catarina.

Com a palavra o senhor gerente de Políticas Públicas da Secretaria de Políticas da Secretaria Municipal de Assistência Social de Chapecó, Gilmar Cortina.

**O SR. GILMAR CORTINA** — Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar a Deputada Marlene, parabenizá-la por esta audiência; e os demais da mesa.

Quero fazer um pequeno complemento nas palavras da doutora Sandra, das soluções tecnológicas que foram desenvolvidas nessa parceria entre a Prefeitura Municipal, a OAB e a Unochapecó. A doutora Sandra apresentou essa ferramenta, esse filme baseado no Gibi Lei Maria da Penha, que nós achamos ser uma excelente ferramenta para se trabalhar nas escolas, para trabalharmos com os alunos desde as crianças até o ensino médio, porque é uma história contada. Eu acredito que possamos, assim, estarmos criando adolescentes e adultos com outra mentalidade.

Quero aproveitar que a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Legislativo estão aqui, e dizer que além dessa ferramenta, nós temos mais três ferramentas e uma delas − queremos fazer uma provocação aqui para a Polícia Militar e para a Polícia Civil − é um aplicativo chamado Fala Maria, quem já ouviu falar no Botão do Pânico, é um aplicativo mais ou menos nesses moldes. A pessoa fará um cadastro breve e a partir do momento que essa pessoa, a mulher no caso, sentir-se ameaçada, ela vai apertar o botão e já vai disparar o áudio, a imagem e o localizador, ou seja, onde essa pessoa está. Esse dispositivo está pronto e não tem custo nenhum. Nós queremos dividir, queremos que esse aplicativo não fique só aqui em Chapecó, por isso que estamos procurando parceiros para fazer essa parte de operacionalização do aplicativo. Quem sabe jogando, então, aqui uma provocaçãozinha, quem sabe nós façamos aqui em Chapecó um plano piloto como, por exemplo, tivemos o plano piloto do Guardiões Maria da Penha aqui, e que até hoje tem extensão no Estado todo. Sabemos que o governo do Estado tem alguma coisa em estudo desse aplicativo, mas nós queremos, mais uma vez, estar oferecendo o aplicativo e dizer que ele não tem custo nenhum, quem sabe, o custo dele seria a questão de um pouco mais de efetivo profissional, algumas outras coisas que deveriam ser feitas para que ele pudesse estar sendo operacionalizado.

Então, está sendo postado na página da Prefeitura de Chapecó um link, em que vão estar, além da página que está sendo desenvolvida, outros quatro aplicativos. Deve estar funcionando para todos agora no começo da semana que vem. O.K.

Muito obrigado. (*Palmas.*).

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Marlene Fengler)** — Muito obrigada, Gilmar.

Não tendo mais considerações, então, só me resta agradecer mais uma vez a todos vocês que vieram participar, ouvir e colaborar hoje neste debate, extremamente proveitoso. É, sem dúvida, muito importante e proveitoso. Toda vez que a gente faz essas audiências, eu digo que saio sabendo ou entendendo a minha pequenez diante da qualidade do trabalho de vocês e do quanto ainda precisamos aprender, conhecer, compartilhar.

Eu tenho a convicção de que estamos no caminho certo. Primeiro, tendo um diagnóstico claro do problema, entendendo as ferramentas que podem ser utilizadas para minimizar esse problema, sendo, enquanto Assembleia Legislativa, uma ferramenta de unificação dessas ações e constituindo essa rede. Não tenho dúvida nenhuma de que o formato que vocês estão fazendo aqui é o modelo certo, sempre levando em consideração as peculiaridades de cada região, mas trabalhar em conjunto, em parceria é sem duvida o melhor encaminhamento dos problemas do nosso País, principalmente esse que nós discutimos aqui hoje.

Então, mais uma vez, muito obrigada pela presença, um abraço a todos. Vamos ter depois o seminário estadual e vamos comunicar para quem quiser participar.

Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite/Revisora: Bruna Maria Scalco*]

**DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

**DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER**

**PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**